

CR\$ 30 Nosso tempo

Foz, de 11 a 18/03/81

Ano I - N° 14

Jornal mais caro
O leitor percebeu na compra deste exemplar passou a Cr\$ 30,00. O aumento é proporcional à elevação dos custos gráficos para a confecção do jornal. Espera-se que os cruzeirinhos a mais não afastem o leitor do Nosso Tempo.

PELO FIM DA TORTURA



Roberto Sampaio da Costa Barros, juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, põe a descoberto o Poder Judiciário e indica ao cidadão os caminhos que podem liquidar a tortura. (Páginas 6, 7, 8 e 9)



MULTIDÃO Após a assembléia do próximo dia 16, em
MARCHARÁ Itacorá, os expropriados por Itaipu deverão sair
CONTRA ITAIPU em massa para concentrarem-se em Foz do
Iguaçu até serem atendidos em suas justas reivindicações. (Páginas 12 e 13)

O Judiciário, Esse Desconhecido

Dentro do Estado, o Poder Judiciário é o que concilia interesses conflitantes capazes de pôr em risco o bom funcionamento da sociedade.

O Judiciário dispõe de tal poder e autoridade que partes em conflito, pessoas ou instituições e entidades de qualquer natureza comparecem perante ele e acatam suas decisões com religiosa submissão. Por isso, trata-se de um poder acima de tudo temido.

Depois do ser humano, o mais desconhecido elemento de sociedade é o Estado, e dentro do complexo estatal, o componente mais ignorado é precisamente o Judiciário.

O Poder Judiciário talvez seja o mais antigo dos poderes que constituem o Estado, e igualmente é o mais fechado. Provavelmente é o que mais resiste à mudança. É comum o Poder Judiciário passar incólume por revoluções e convulsões sociais, políticas e econômicas. Prova disso é que a base do Direito moderno está no antiquíssimo Direito Romano, principalmente para o mundo ocidental.

Uma prova do distanciamento do Judiciário em relação ao povo é o linguajar das leis, de sua interpretação e de todos os processos judiciais. O vocabulário é hermetico, distante e distinto do modo de falar popular. A linguagem jurídica só é compreensível para pessoas especializadas no assunto.

Rituais, procedimentos, atribuições muito definidas, claras e precisas demonstram como é antigo este Poder dentro do Estado.

Provavelmente é o poder mais importante, pois se apóia nos usos e costumes, nas tradições, se apóia, enfim, na experiência dos tempos passados.

Mas é um Poder desconhecido. Nada ou quase nada se aprende sobre ele nas escolas básicas e nem nas superiores, a menos que sejam escolas de Direito. Quase não existe literatura escrita em linguagem popular. Fala-se pouco sobre ele nestes tempos de "abertura".

A população, pois, desconhecendo o Poder Judiciário, ignora algo tremendamente sério e decisivo do ponto de vista individual e social.

Numa sociedade democrática, o Poder Judiciário é o mais forte dos poderes. Democracia não é apenas respeito aos interesses da maioria; é também, e ao mesmo tempo, respeito aos direitos das minorias e respeito aos usos e costumes institucionalizados.

Dos três poderes que compõem o Estado Brasileiro, o Judiciário é o mais desconhecido do cidadão médio para baixo — portanto da grande maioria da população.

No entanto, o Judiciário é um **senhor poder**. Mobiliza um volume considerável dos recursos financeiros da Nação; emprega diretamente grande número de funcionários; dispõe de um considerável patrimônio imobiliário — edifícios e terrenos dos fóruns, residências de funcionários, etc.; movimenta uma imensa máquina administrativa; faculdades e mais faculdades estão a seu serviço formando os profissionais do Direito; corresponde a um setor onde circula grande parte da moeda do País — tribunais, fóruns, cartórios, tabelionatos e grande número de profissionais liberais, os advogados.

Mas não é só por isso que é um poder forte, apesar de desconhecido do cidadão.

O grau de independência do Poder Judiciário indica o grau de democracia do País. Democratizar o Brasil significa fortalecer o Poder Judiciário e torná-lo conhecido do povo; prestigiar este Poder; acatar suas decisões, e, sobretudo e principalmente, recorrer a ele, fazê-lo vivo e atuante. É um Poder que só age quando é provocado.

A memória nacional é curta. Não sabemos bem como era o Poder Judiciário no período anterior a 1964. Entretanto, é voz corrente que após o Golpe Militar de 64 o Judiciário tornou-se um "apêndice do Executivo". Mas é certo que o Judiciário é um Poder bastante estável. E a democratização do País passa necessariamente pelo seu fortalecimento.

E esse fortalecimento pode e deve começar fazendo com que a população a ele recorra. O povo não se dá conta do quanto perde, do quanto se deixa humilhar, explorar e aviltar por não recorrer à Justiça. As classes altas utilizam muito bem esse Poder. Servem-se dele até mesmo para defenderem seus vícios. Já o povo é mais vítima do que beneficiário.

Nesta busca de defesa dos direitos do cidadão, **Nosso Tempo** apresenta aos leitores nesta edição uma vasta, importantíssima matéria sobre o Poder Judiciário, com orientações inestimáveis para o cidadão fazer uso dessa força poderosa que pode e deve ser posta a serviço de todos, especialmente dos mais violentados pelas injustiças que caracterizam nossa estrutura social.

— Os Editores.



EDITORA NOSSO TEMPO
CGC — 75.088427/001
Rua Cândido Ferreira, 811
Vila Iolanda
(85890) Foz do Iguaçu — Pr.
Telefone: (0455) 74-2344
Sócios proprietários
Aluizio Ferreira Palmar
Evandro Stelle Teixeira
Eloy Adail Brandt
José Cláudio Rorato
José Leopoldino Neto
Jessé Vidigal
João Adelino de Souza
Juvêncio Mazzarollo
Severino Sacomori
Sérgio Spada

Nosso tempo

Diretor responsável
Juvêncio Mazzarollo

Editores

Aluizio Ferreira Palmar
João Adelino de Souza
Juvêncio Mazzarollo

Diagramação

Jessé Vidigal

Colaboradores

Antonio Vanderli Moreira
Vera Maria Ribas

Representante em Curitiba

G. Cadamuro, Praça Zacarias 80

7º andar, conj. 708 —

Fone: 223-9524

Composição

Editora Nosso Tempo Ltda.

Impressão:

J. S. Impressora Ltda.

Rua 6, Jardim Maria

de Fátima — Cascavel — Pr.



Aproveite os últimos dias do verão

SORVETES nutritivos e saborosos

Avenida Brasil em frente ao Savaris Joalheiros.

FALA, PARANÁ

LONDREINA - MARÇO/1981 ANO I - NÚMERO 3 - PREÇO DO EXEMPLAR: R\$ 40,00

BÓIA FRIA
O EXÉRCITO DE 800 MIL



UNE
Estudantes podem fazer greve geral em abril. P. 15



A MORTE NA ESTRADA MAIS UMA VEZ P. 5 a 7

DESENVOLVIMENTO
Paraná condenado à agricultura. P. 14

FESTA POPULAR:

Lá se foi o Carnaval... P. 12



SERTANEJA VAI A GUERRA? P. 8 a 11

Nas bancas de Foz

PSIU

A humanidade é inimiga da democracia? Numa sociedade democrática todos têm o direito de divergir, investigar o poder público e denunciar as irregularidades. Entretanto há aqui em Foz algumas pessoas que ainda não se acostumaram a viver democraticamente. Estas pessoas ainda têm resíduos de arbítrio e pensam que ainda estamos no tempo de dedoduragem. Descontentes com uma reportagem que saiu em número anterior do jornal, foram pedir aos órgãos de segurança medidas para fazer calar nossa voz.

Um aviso em tempo, senhores, o período negro de ida aos quartéis para denunciar cidadãos e torturas nos quartéis já acabou. Se vocês não aceitam alguma matéria que saiu no jornal, fiquem sabendo mais uma vez que nossas páginas estão abertas para suas respostas.

Deixem disso de traçoiramento e na calada da noite procurem apoio nos quartéis. Os tempos mudaram. É hora de toda a sociedade assumir uma postura democrática, pois ao contrário da humanidade só poderá nos conduzir ao desastre.

Luiz está bronqueado

O leitor Luiz Alberto Souto Maior, pelo telefone, marca uma bronca aqui neste jornal. Ele reclama que na terça-feira de carnaval se encontrava pulando no Floresta quando quis adentrar ao clube com uma garrafa de uísque, o que foi permitido, desde que ele pagasse uma taxa de 600 cruzeiros — denominada pelos organizadores como "rolha". Até aí tudo bem. Acontece que o pagamento da "rolha" daria ao Luiz o direito dele utilizar o gelo do clube, o que ocorreu também, com uma ressalva: depois de tomar uns birinitis e acabando o estoque de gelo, o Luiz solicitou uma nova porção. Ai veio a bronca. Queriam cobrar dele mais 100 cruzeiros e ele chiou, reclamando com os diretores do clube até que descolou na faixa um novo estoque de gelo. Apesar disso ele ficou bronqueado e pediu que publicássemos aqui o seu protesto.

Burguesão não se conforma

Depois da entrevista que fizemos com Laurindo Ortega, choveu carta de leitores dando pau no homem e na gente, por que fizemos a entrevista. Nós publicamos as críticas ao ilustre burguesão da cidade.

Mas não é que o cara ficou pé da vida! Nestes dias nos telefonou fazendo deboche e pedindo que continuássemos criticando, que só assim ele ficaria famoso — aquele papo magoado, sarcástico, tentando tirar o

cisco dos olhos.

O Ortega teve a petulância de achar que a edição que apresentou a entrevista com ele vendeu bem. Tivemos que dizer ao figurão que aquela foi a mais difícil de ser vendida de todas as 13 edições do **Noosso Tempo**. É verdade. Dissemos ao histrião: A entrevista que o senhor deu, o que o senhor disse foi tão desinteressante que o jornal teve dificuldades na circulação.

O arrependimento por ter feito a entrevista continua aqui na redação. Perdão, leitores.

Lança-perfume e baseado

Semana passada foi a vez do consumidor reclamar da "palha braba", "poeira miserável", acrescentando a reivindicação da eliminação dos atravessadores. No Carnaval aparece ainda a dificuldade imposta aos foliões nos clubes da cidade. Parece que ninguém entrou em clube fumando baseado, mas fora, nas cercanias dos salões, nossa! Que fumacê! Tem careta aí? Dentro dos clubes — onde circulavam pulando exuberantes exposições eróticas — a circulação dos frasquinhos aqueles não teve muito sossego.

Tudo isso, porém, foi feito à revelia das determinações dadas pelos clubes. "Fumar é proibido"; "Perfume é proibido". E tome leão-de-chácara cuidando!

O mais folclórico aconteceu num certo clube aí: Sentindo-se vencidos pela perícia dos malucos, os "leões" renderam-se e pontificaram: Lança-perfume pode, mas só nas mesas. Na pista não!

Todos para o Batalhão

O coronel Labre, comandante do Batalhão, fez voltar os almoços oferecidos à comunidade para integrar o Exército à população. No ano passado os almoços se realizavam em todas as quartas-feiras. Agora só se realizarão no dia 1º de cada mês. Antes precisava-se de convite. Agora, não. Todos podem ir ao almoço.

Vamos tentar levar a notícia ao maior número possível de gente, principalmente os que passam fome em Foz do Iguaçu. Pedimos, pois a colaboração de todos para convocarem o maior número possível de favelados para pelo menos comerem bem uma vez por mês.

Fiquem atentos e não esqueçam: Nos próximos dias primeiros dos meses, todo mundo almoçando no Quartel, certo?

Obrigado, Exército.



Ai está o presidente mais feio da América Latina. É o Garcia Meza, da Bolívia. Sanguinário!

Choperia Arandela

Chopp
lanches e petiscos

Av. Brasil
Frente a Caixa Econômica.

Churrascaria bottega

Bufê americano
quente e frio

30 pratos diferentes

Av. das Cataratas, 1177
Fone: 74-3384



Com as fortes chuvas que caíram quinta-feira sobre a cidade, muitas ruas ficaram praticamente intransitáveis e, mais que isso, as águas chegaram a entrar em residências e casas comerciais localizadas em terrenos mais baixos, como mostra a foto, que registra a inundação ocorrida na Panificadora Ouro, localizada na R. Rebouças, 1024. Segundo um dos proprietários, isto não é a primeira vez que ocorre, e a situação já foi levada à Prefeitura mais de uma vez, sem nenhuma solução. Além de pagar impostos que a Prefeitura cobra, os prejuízos que a chuva causou — calculado em 500 mil cruzeiros — também terá que sair do bolso dos proprietários. A menos que eles recorram à Justiça exigindo a indenização.



Foto de Juvêncio Mazarollo

Reminiscências do Carnaval

Ai está mais um produto da estafante maratona dos editores do **Noosso Tempo**, transformados em fotógrafos, para registrar o melhor do Carnaval. Já imaginaram o "sacrifício" que representa um trabalho desses? Quanta coisa linda fica escondida o ano inteiro para se mostrar só no Carnaval ou às escondidas por aí! O que se viu nos clubes neste Carnaval ainda não encontrou espaço para ser publicado. Coisa boa, lógico. E bota boa nisso!



Pato,
Peixes,

Salsichas, Coelhos,
Frango, Filets, Pizzas,
Lanches e Massas.

Feijoada aos sábados.

CHOPP CENTER

RESTAURANTE E CHOPARIA

R. Santos Dumont, 1084
Fone: 74-2563 — Foz do Iguaçu



Belíssima iniciativa, pessoal

A notícia de que os empregados nas casas comerciais de Foz do Iguaçu estão se organizando em associação ou sindicato, sabe lá, é das mas bacaninhas que pintaram por aqui. Olha moçada, toda força viu? Qualquer coisa, a gente tá aqui prá ajudar, dar uma força, divulgar, participar. Já pensou? Uma classe assalariada muito numerosa tomando iniciativas tão salutares? Vocês estão com tudo. Ah, alguém nos havia falado há pouco tempo que estava nascendo uma entidade representativa dos guias turísticos, possivelmente englobando garçons, recepcionistas de hotéis, camareiros... Mas depois não pintou ninguém e a turminha aqui está torcendo para que isso aí saia. Tais iniciativas são admiráveis.

POSIU

ESTÓRIAS DO CARNAVAL

1 Aconteceu na Vila Carimã e teve como protagonista uma gentil senhora balsaquiana. Ela, inspirada pelo espírito carnavalesco que reinava sobre a cidade, tomou a liberdade de caminhar totalmente nua pelas ruas da já citada vila quando um arauto também conhecido como bobo-da-corte anunciou aos quatro ventos o ocorrido, formando em frações de segundos dois grupos distintos: o dos representantes do sexo masculino e suas gentis coadjuvantes que se recolhiam para dentro de suas casas diante de tal ocorrência. Segundo o narrador que comunicou o fato a este humilde escriba, a gentil balsaquiana, vendo formar em seu encalço um batalhão de admiradores, abdicou de sua popularidade preferindo se recolher a uma erma casa de vilania, sendo presenteada com uma calça e uma camisa, para que pudesse cobrir sua carne segundo os ditames do nosso tempo. Feito isso, retornou novamente à rua para exclamar aos embabacados expectadores:

— Quando a rainha passa, o plebe se delicia.
E mais não disse.

2 O segundo ocorrido nos localiza num clube da cidade, que o escriba de objetivo já conhecido pelos leitores — preferi omitir no momento em nome das mais fraternais relações econômicas. Despedindo-nos (eu e os leitores) das explicações iniciais, entramos no fato em si, convidando os prezados leitores para darem uma leve olhada na foto abaixo:



O nosso companheiro de cena, estampado aí acima, to-

mado pelo cansaço se dirigiu ao banheiro e pousou sua bunda sobre o vaso. Morgou, e ficou lá marcando toca até que um atrevido fotógrafo deste não menos atrevido jornal, colheu o flagrante que tempera o sapo que estou pagando aos prezados leitores.

3 O terceiro ocorrido transporta nossa estória para um clube popular localizado na periferia da cidade, onde os brasileiros barreados pelo governo de viver socialmente, dadas as suas péssimas condições financeiras, e a assustadora onda de deterioração dos valores humanos induziu um carnavalesco que habitava no momento aquelas paragens. Ele, influenciado pelas imagens televisivas com que nos empapuca a rede carioca de televisão, resolveu — já que as mulheres não tomavam iniciativa — provocar um topless. Resolvido, derramou sua monstruosidade pra cima de uma mulher que se delicia nos braços de morfeu, arrancando-lhe a parte das vestes que lhe cobria os peitos. Dada a violência deste ocorrido, este escriba tristemente se despede encerrando por aqui esta estória do carnaval.

Por Pablo Corrientes, chileno tarado pelo carnaval brasileiro.

CUMPRINDO A PALAVRA



Nelton Friedrich

Friedrich cumprindo a palavra

CUMPRINDO A PALAVRA é uma coletânea dos pronunciamentos do deputado NELTON MIGUEL FRIEDRICH, advogado, formado pela Universidade Católica do Paraná. NELTON elegeu-se Deputado Estadual pelo MDB em 1978, com 15.690 votos e representa o oeste paranaense. Em 1979, foi Vice-Líder da bancada do MDB e atualmente integra o PMDB.

Na apresentação do livro diz o Nelton: "Bem sabemos e



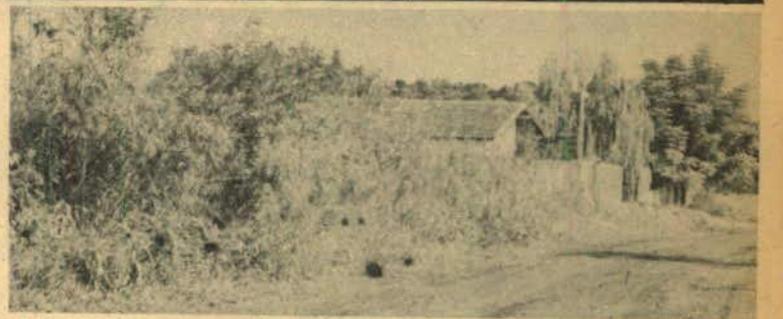
sentimos as limitações que o regime autoritário impôs ao Parlamento, pois os "pretensos donos do poder" não aceitam a vontade popular, não admitem a força democrática do voto; não cedem ante o clamor de milhões de brasileiros que desejam liberdade e justiça.

"Todavia a luta continua. Não vamos silenciar; nem nos acovardar. Continuaremos a batalhar nas diversas batalhas que ainda faltam até conquistarmos a vitória final: transformar o Brasil numa democracia efetiva: Democracia econômica, política e cultural. Uma vez que não nos serve a decantada Democracia Burguesa, acenada até pelo governo"

Um jardim pouco social

É deplorável o estado de abandono em que se encontra o Jardim Social, um bairro cujo projeto original dava-lhe um destino mais digno do que ser um conglomerado de capoeiras e ruas esburacadas. De algum tempo para cá o mato que se levantou no Jardim Social vem se tornando esconderijo de ladrões. Não faz muito tempo uma moradora do bairro foi cercada por um grupo de elementos que saiu do mato. O assalto felizmente foi evitado diante da aproximação de um carro. Uns dias antes uma jovem escapou de ser currada graças à intervenção de um vizinho que deu uns tiros para o alto e espantou a quadrilha de curradores que levava a jovem para um terreno baldio coberto de mato próximo ao Colégio Agrícola. No dia 17 de fevereiro, às 20 horas, o cambista Heltor Raul Scappin foi assaltado e quase perdeu a vida também perto do Colégio Agrícola.

Na mesma semana passada alguns moradores do bairro andaram queimando o mato numa medida até certo ponto desesperada depois de um acúmulo de tensões. Os moradores andam assustados diante do total abandono daquele que deveria ser um bairro modelo. Há um médico que por força de sua pro-



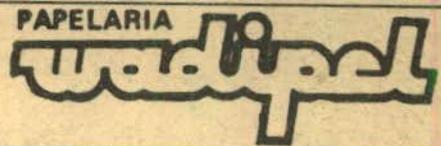
Capoeira, barro ou pó, buracos. É o Jardim Social.

fissão tem que sair ou chegar em casa altas horas da noite e ultimamente tem andado armado como medida de precaução.

Prefeitura e Copel mais uma vez estão atormentando a população de Foz. A primeira

porque não aplica a lei obrigando os proprietários de baldios a cortarem o mato; a segunda porque a escuridão no Jardim Social é completa. Ou jardim hoje é feito de capoeira e assaltantes?

LISTÃO



Na volta às aulas a Wadipel dá um show de economia e atendimento. Cadernos e artigos escolares por preços de fevereiro do ano passado:

Caderno de linguagem 20 folhas:	Cr\$ 4,50
Caderno de linguagem 48 folhas:	Cr\$ 9,50
Caderno brochura 20 folhas:	Cr\$ 5,00
Caderno brochura 48 folhas:	Cr\$ 10,00
Caderno de aritmética 20 folhas:	Cr\$ 5,00
Caderno de aritmética 48 folhas:	Cr\$ 10,00
Caderno Cartografia espiral grande 30 folhas:	Cr\$ 28,00
Caderno Cartografia espiral grande 50 folhas:	Cr\$ 39,00
Caderno Universitário Futurama 6 matérias:	Cr\$ 65,00
Caderno música espiral 40 folhas:	Cr\$ 13,00
Caderno desenho espiral 40 folhas:	Cr\$ 12,00
Caderno desenho espiral 96 folhas:	Cr\$ 28,00
Caderno aritmética espiral 48 folhas:	Cr\$ 12,00
Caderno Coderflex vistas 100 folhas:	Cr\$ 29,00
Lápis nº 2	Cr\$ 3,00
Régua plástica 30 cm:	Cr\$ 7,00
Apontador John Fáber:	Cr\$ 7,90
Lancheira Mimo:	Cr\$ 145,00

GRÁTIS

Em cada compra uma linda e útil sacola.

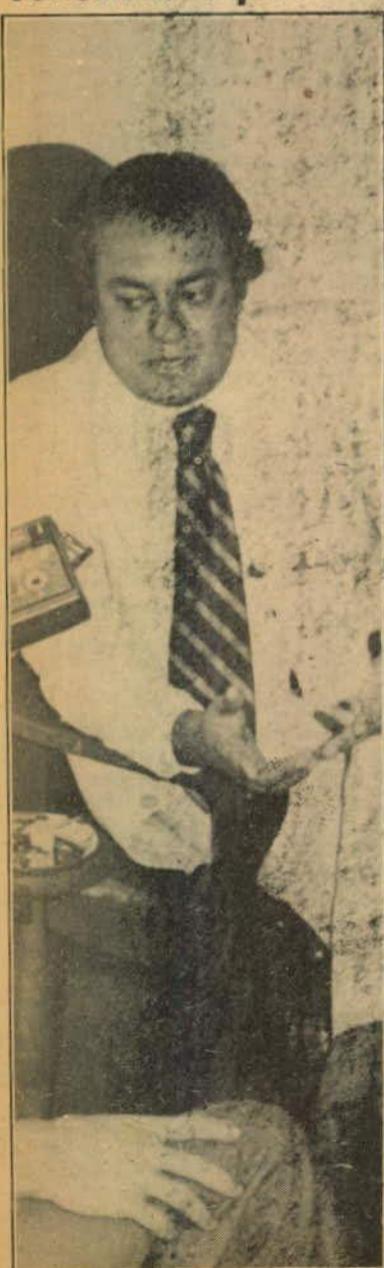
Em compras acima de Cr\$ 1.000,00 você ganha um mapa do Brasil plastificado tamanho grande.

Compras acima de Cr\$ 700,00 dão direito a um mini-mapa do Brasil plastificado com as bandeiras de todos os estados para recortar.

PELO FIM DA TORTURA

Cansados de denunciar ocorrências de tortura nos organismos policiais em exercício em Foz do Iguaçu e região, os editores do Nosso Tempo decidiram mudar de tática para eliminar essa repugnante e insidiosa prática. As autoridades responsáveis não tomaram providências

e os casos vão se repetindo em ritmo espantoso, preocupante. O plano do jornal é mortal para a tortura. O primeiro passo é dado com a realização



desta entrevista com o Dr. Roberto Sampaio da Costa Barros, juiz da 2ª Vara Cível e diretor do Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu. É uma leitura extensa, bastante técnica, mas de valor inestimável para o cidadão conhecer melhor o Poder Judiciário, conhecer seus direitos, os recursos que a Justiça põe à sua disposição para sua defesa, e principalmente, no caso específico que motivou a entrevista, saber como proceder diante de ocorrências de tortura.



Noosso Tempo — Nós gostaríamos de manter uma conversa com Vossa Excelência sobre questões ligadas ao Poder Judiciário. Pretendemos registrar tudo o que for dito aqui para publicar no jornal Noosso Tempo.

Dr. Roberto — Perfeito. Estou à sua disposição.

NT — Talvez conversemos bastante e, por razões de espaço, apenas por essa razão, nos reservamos o direito de reproduzir o diálogo de forma resumida, se houver necessidade. Mas prometemos manter rigorosa fidelidade ao que for dito.

Dr. Roberto — Como não? Desde que não me atribuem declarações que eu não der...

NT — Não faremos isso. Então, nosso primeiro questionamento é sobre a estrutura do Poder Judiciário, escalonamento hierárquico, órgãos e atribuições. A população normalmente conhece bastante bem os outros dois poderes da República — o Executivo e o Legislativo —, mas o Judiciário é o menos conhecido e entendido. Como está estruturado o Poder Judiciário?

Dr. Roberto — A instância superior do Judiciário é o Supremo Tribunal Federal (STF) composto de ministros que tenham revelado reputada idoneidade e conhecimento técnico-jurídico quase que perfeito. Depois temos o Tribunal Federal de Recursos, que julga casos a que a Lei atribui importância menor que os tratados pelo STF. Nos Estados temos os Tribunais de Justiça, compostos por desembargadores, e, nas Comarcas temos os juízes estaduais. É realmente uma estrutura complexa porque a Justiça pode ser Comum ou Especial.

NT — O que é uma e outra?

Dr. Roberto — Pode-se dizer que a Comum é a que não é Especial. A Constituição Federal faz esta distinção. Especial é a Justiça do Trabalho, à qual nós aqui em Foz do Iguaçu estamos emprestados, pois os encargos seriam de juízes e juntas federais. Outra é a Justiça Eleitoral, à qual também estamos emprestados pela falta de um juiz federal para esta atribuição específica. Temos ainda a Justiça Militar e os Tribunais de Alçada em alguns estados.

NT — Os juízes de Foz estão emprestados à Justiça Militar também?

Dr. Roberto — Não. Somente à Trabalhista e Eleitoral.

NT — E o Tribunal de Alçada, o que é?

Dr. Roberto — É composto por juízes em Curitiba e tem poderes ao grau de competência menores para julgar questões normalmente vindas do interior e que dizem respeito a certas espécies de processo. É o caso de recursos para questões de posse, locação, etc. Cada Estado se organiza sob este aspecto atribuído ao Tribunal de Alçada determinadas questões para di-

minuir o volume de atribuições do Tribunal de Justiça. Não são todos os Estados que têm o Tribunal de Alçada. Se não me engano, são apenas 4 ou 5 estados que têm esse Tribunal, entre os quais está o Paraná.

Nos meandros do Poder Judiciário

NT — A Justiça Federal se resume ao STF ou existe outro órgão dela dependente nos Estados?

Dr. Roberto — A Justiça Federal é composta pelo STF, que julga todos os recursos desde que a questão tenha sido controversa quanto à arguição da inconstitucionalidade de uma lei, etc. Então o Supremo somente julga em grau de recurso de terceiro grau, digamos assim, porque as sentenças dos juízes do interior passam ao Tribunal do Estado. Somente alguns casos é que podem subir ao STF.

NT — A Lei discrimina quais casos podem chegar ao STF?

Dr. Roberto — Sim.

NT — A unidade territorial do juiz é a comarca?

Dr. Roberto — É. E uma comarca pode abranger um ou mais municípios.

NT — Qual é a estrutura hierárquica de uma comarca? Poderíamos tomar Foz do Iguaçu como exemplo.

Dr. Roberto — A Comarca de Foz do Iguaçu tem duas Varas Cíveis por distribuição entre dois juízes e uma Vara Criminal e de Menores.

NT — E a Corregedoria?

Dr. Roberto — É um órgão diretivo do Tribunal de Justiça. No Tribunal de Justiça há o presidente, o vice-presidente e o corregedor, cargo ocupado por desembargador, encarregado da fiscalização dos atos dos juízes. Os juízes, para proferirem suas sentenças, não dependem de escalões superiores. O juiz é independente. Eu posso proferir uma sentença hoje e ela pode ser reformada depois pelo Tribunal, e eu fico obrigado a dar execução ao acórdão ou decisão do Tribunal. Mas se surgir outro caso semelhante em outro dia, eu não sou obrigado a dar a sentença do Tribunal no caso anterior. Posso continuar julgando à minha maneira.

NT — O juiz não tem alguma espécie e subordinação ao Tribunal?

Dr. Roberto — Somente em questões administrativas. Sobre a aplicação da Lei, não. É função da Corregedoria orientar ou punir juízes e outros funcionários da Justiça que faltam com suas obrigações.

NT — Há duas carreiras distintas para juiz e promotor? Nem o promotor pode chegar a juiz e vice-versa?

Dr. Roberto — Não. O promotor chega até a procurador, grau máximo da carreira dele, e po-

de...
NT — Poderia chegar a corregedor ou desembargador?

Dr. Roberto — Poderia chegar a desembargador. No Paraná existem 26 desembargadores. Um quinto deles não vem da carreira de juiz, mas da de promotor e advogado. Os demais vêm da carreira de juiz. Saibam também que a promotoria não é órgão do Judiciário, mas do Executivo, embora trabalhe junto ao fórum. A função do promotor é a fiscalização da Lei e o Ministério Público é função do Executivo.

NT — Para o Tribunal de Alçada como é feita a designação dos ocupantes de cargos?

Dr. Roberto — Por promoção. Os juizes sobem de degrau na carreira, inclusive no Tribunal de Alçada, e depois no de Justiça como desembargador, por dois critérios: merecimento e antiguidade.

NT — Quem julga o merecimento?

Dr. Roberto — O próprio Tribunal, que se reúne para essa finalidade e que votação aponta três juizes, encaminhando a lista ao governador, que escolhe um dos três. A lista triplice é só para promoções a vagas por merecimento. Quando a vaga é para promoção por idade, só é indicado ao governador um nome porque o critério é simples. Ora a vaga abre por merecimento, ora por antiguidade.

NT — A interferência do Poder Executivo é restrita à escolha de um entre os três?

Quem julga o quê e em que condições

Dr. Roberto — Apenas isso.
NT — No Supremo Tribunal Federal também é assim?

Dr. Roberto — Também depende de uma lista triplice submetida ao presidente da República, sendo um o promovido.

NT — Parece-nos importante tornar mais claras as atribuições das autoridades especificamente na Comarca de Foz do Iguaçu.

Dr. Roberto — O promotor não

julga caso nenhum. No máximo ele opina. No caso em que houver interesse de incapazes — loucos, menores, por exemplo —, todos os casos em que houver interesses públicos — por exemplo em ações movidas contra a Prefeitura, o Estado ou a União — nestes casos o promotor é obrigado a se manifestar. O promotor, porém, não julga; opina. E o juiz da Vara Cível julga.

NT — E em questões criminais?

Dr. Roberto — Ai também o promotor não julga, mas atua em todos os processos criminais, enquanto no Cível só atua em casos especiais. No crime o promotor tem sua função desde o início. É ele quem denuncia ou não o réu ao juiz com base no inquérito fornecido pela Polícia. Quem vai julgar o réu é o juiz ou o Tribunal do Júri. O Tribunal do Júri julga crimes contra a vida, e o juiz singular, de direito, julga os outros casos.

NT — A função do promotor é defender o interesse público, não?

Dr. Roberto — É da sociedade em geral. É costume encarar o promotor como um acusador. Mas na verdade ele é um defensor da sociedade. Já é comum o promotor pedir absolvição do réu que tenha achado sem motivos para uma condenação.

NT — Existe alguma forma de ascendência do Juizado sobre a Promotoria ou vice-versa?

Dr. Roberto — Não. Nem mesmo entre os próprios juizes existe qualquer função de ascendência, de hierarquia.

NT — No seu caso particular, V. Excia. é diretor do Fórum desta Comarca. Em que consiste ser Diretor do Fórum?

Dr. Roberto — Minha ascendência é penas administrativa.

NT — ... funcional.

Dr. Roberto — Perfeitamente. Da casa. Sou eu que faço os concursos para os diversos cargos em todas as Varas e Cartórios, em caso de existência de vagas. Sou eu que cuido do prédio, vejo o que falta, modifico. Em todo o lugar deve haver alguém que represente os demais. Então não há ascendência de juiz para juiz e nem mesmo de

desembargador para juiz no sentido de que uma sentença saia de uma maneira ou de outra.

NT — Nem para que se tomem determinadas providências ante alguma evidente omissão?

Dr. Roberto — Não. O juiz, em regra, deve se pautar pela independência total.

NT — Mas supondo que o promotor esteja sendo visivelmente displicente, compete a quem acionar, incitar o promotor e cumprir sua função?

Qualquer cidadão pode recorrer à Justiça

Dr. Roberto — Supondo que o promotor seja faltoso com suas obrigações, o juiz teria possibilidade de comunicar o fato ao superior hierárquico dele, que é o procurador geral da Justiça do Estado.

NT — E se é juiz o faltoso, a mesma possibilidade existe para o promotor?

Dr. Roberto — É natural. Qualquer cidadão, qualquer um do povo pode se dirigir ao Tribunal ou talvez ao órgão próprio, que é a Corregedoria, munido das provas necessárias da má atuação de quem quer que seja.

NT — Está claro que a Lei assegura autonomia ao juiz.

Dr. Roberto — É isso.
NT — O juiz só pode decidir baseado na denúncia do promotor ou pode decidir sem esta denúncia?

Dr. Roberto — No caso do crime, evidentemente o processo se inicia pela denúncia. Tem que haver denúncia. Agora se o juiz acata a denúncia e outra coisa. Pode acolher ou não.

NT — Pode decretar a prisão preventiva baseado na opinião do promotor?

Dr. Roberto — O promotor tem que ser ouvido. Se é contra ou a

favor da prisão. E o juiz pode dar ou não dar conforme o seu livre convencimento.

NT — O promotor tem que ser ouvido pelo juiz, mas o juiz continuará podendo desprezar a opinião do promotor!

Dr. Roberto — É de fato assim. O juiz pede apenas a opinião do promotor. Este tem a obrigação de esclarecer. O juiz não fica subordinado à opinião do promotor. É até normal aqui este fato.

NT — E se o promotor não se conforma?

Dr. Roberto — Neste caso o promotor pode recorrer da decisão do juiz. E neste clima de profissionalidade que nós vivemos. Não misturamos as coisas. Qualquer um dos lados pode recorrer ao órgão competente da outra parte.

NT — O cidadão comum também tem esse poder de se dirigir diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado acusando o juiz ou o promotor de não estarem cumprindo seu dever?

Dr. Roberto — Existe representação popular.

NT — E individual, não?

Dr. Roberto — Qualquer pessoa pode representar judicialmente. É um direito assegurado pela Constituição — o direito de Petição e o de Representação. Entretanto, se a questão é definida ou não no Tribunal, é outro problema.

NT — Conclui-se também que qualquer cidadão tem o direito legal de acionar na Justiça o presidente da República, o ministro do Planejamento, o governador do Estado, o prefeito Municipal...

Autoridades responsáveis na aplicação da Lei

Dr. Roberto — Através de uma Ação Popular.

NT — Somente por uma Ação Popular? Não pode ser individual?

Dr. Roberto — Pode ser individual ou popular pra provar o que estão dizendo.

NT — Mudando de assunto. O Estado tem que ter e exercer um poder coativo para o cumprimento das leis, para que as leis cumpram seu objetivo. Quais são as autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis?

Dr. Roberto — Bem, o Judiciário não elabora as leis. Se as leis existem, se não são adequadas ao nosso tempo, se permitem que criminosos fiquem em liberdade, a culpa não cabe à Justiça, e sim aos órgãos encarregados da elaboração das leis, que seriam os outros poderes, conforme a competência de cada um deles. A Justiça é simples aplicadora. Não pode fugir nem inventar. Daí esse descrédito que a gente vislumbra na população culpando a Justiça por aquilo que não é da sua responsabilidade.

NT — Nós queremos saber exatamente isto: Quais seriam as autoridades responsáveis para fiscalizar o cumprimento da Lei?

Dr. Roberto — No caso do crime o juiz ordena ao final do processo, depois de condenado o réu, que se expeça o mandado de prisão, que deve ser cumprido pelos oficiais de Justiça, por serem os executores diretos das ordens do juiz. Como são apenas dois para cada Vara pede-se a colaboração da Polícia. Caberia também a obediência das autoridades policiais às ordens dos juizes. Juntamente com os oficiais de Justiça, a Polícia deveria ser a principal executora das ordens do juiz.

NT — Tomemos o caso de um indigente assassinado. Ninguém faz representação à Justiça. A quem compete averiguar o caso?

Dr. Roberto — Qualquer pessoa do povo pode denunciar qualquer tipo de delito. Se não quer ir à Polícia, vem aqui no Fórum e fala com o juiz ou com o promotor.

NT — E se ninguém faz isso e o fato é do conhecimento do juiz ou do promotor?

Dr. Roberto — É obrigatório pedir ao delegado que abra um inquérito. Nós fazemos isso. Agora muitas vezes não ficamos sabendo e evidentemente não podemos agir.

NT — Qual é a fonte de informação que merece crédito por parte da Justiça? O juiz e o promotor podem fazer ouvidos moucos a conversas com populares, notícias da imprensa sobre ocorrências criminais não cheçadas?

Como proceder com os torturadores de Foz

Dr. Roberto — Depende do juiz, mas a rigor a Justiça só é obrigada a movimentar-se quando uma queixa é formalizada e entregue à autoridade.

NT — Falando agora do tema que preocupa e que é o motivo por que estamos aqui: A Lei brasileira defende a integridade e incolumidade física, mental e de saúde ao cidadão e também ao preso ou detido. Existe uma autoridade bem definida que responde por isso?

Dr. Roberto — É preciso abrir um inquérito — vamos dizer no caso de ocorrência de tortura praticada pela Polícia. Pode acontecer. Os jornais diariamente denunciam torturas. Caso sejam verdadeiras, os afetados

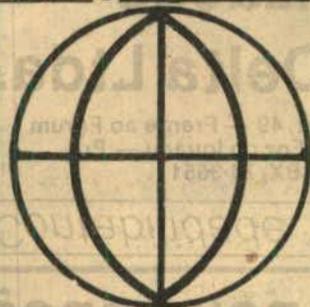


O BARRIL
 Choparia - Pizzaria
 A la carte - Lanches

R. Rio Branco, 576 — Fone: 74-2224
 Frente ao Hotel Salvatti
 Foz do Iguaçu

Toda a linha de material esportivo

das famosas marcas
 Adidas,
 Penalty,
 Rainha,
 Topper e
 Donnay você encontra no



Mundo dos Esportes
 Rebouças, 748

loteadora dotto



O MELHOR IMÓVEL DA CIDADE

Juscelino Kubitschek, 1295

ou qualquer cidadão, podem, e deveriam abrir um inquérito. Tem de fazer um laudo de lesões corporais no preso espancado e no inquérito deve ficar provado quem torturou, para que seja punido.

NT — Na maioria dos casos, o torturador não pode saber quem foram seus algozes. Se morreu na tortura, não pode mais falar; se ouviu alguns nomes, os nomes que os policiais usam são frequentemente falsos, principalmente nestes casos; os policiais se revezam, encapuzados ou encapuzando o detido; maltratam o detido escondido de testemunhas. Como chegar aos culpados?

Dr. Roberto — A vítima ou outra pessoa viria fazer uma denúncia ao juiz da Vara Criminal. Ai o juiz é obrigado a tomar providências.

NT — E se ninguém formalizar denúncia no Fórum e o caso é público e notório? As vítimas quase sempre têm medo de denunciar porque foram ameaçadas com represálias.

Dr. Roberto — O Poder Judiciário é um poder inerte. Em caso de denúncia formalizada o juiz ou promotor devem mover inquérito na Delegacia para identificar os culpados. O Judiciário não é dinâmico. Ele depende de provocação. Eu não posso fazer alguma coisa sem a existência de um processo. Tem que alguém me pedir alguma coisa para que eu possa agir. Assim, a pessoa que denuncia torturas no jornal, deveria também escrever para o juiz ou o promotor, acusando o crime. Com base nisso abrimos o inquérito e o seguimos na Delegacia. E a vítima pode ficar atenta, incitar para que de fato o caso seja apurado.

NT — O medo é o grande problema. A ignorância é outro. Pouquíssimos sabem que basta uma cartinha ao juiz para que ele tome providências. E a questão de identificar os torturadores pelos nomes é difícil e perigosa. Nós do jornal,

se publicarmos os nomes estamos nos expondo ao perigo de assassinato por um ato de vingança dos torturadores. Eles são brutais mesmo!

Dr. Roberto — Realmente essas são dificuldades sérias. Mas, fique claro que o juiz pode, sem estar obrigado, tomar providências baseado apenas em notícias do jornal, conversas ouvidas...

NT — Os poderes do Estado devem cuidar de sua imagem pública. Parece que a Polícia não tem o menor zelo por seu conceito junto ao povo. Saem as mais graves acusações contra a Polícia na imprensa e não existe nenhum desmentido, esclarecimento. Há um descaso total pela opinião popular. Se o Estado não zela sua imagem, alguma coisa está errada. Ou não respeita o cidadão ou se considera plenipotenciário.

responsáveis pela integridade do detento

Dr. Roberto — Na realidade ninguém é obrigado a responder a notícias de jornal. A Lei é formal. Para movimentar a máquina judicial existem formalidades obrigatórias.

NT — Diante de certos delitos a autoridade judicial não age, seja por omissão, desconhecimento ou má fé. Como seria a autoridade responsabilizada?

Dr. Roberto — No procedimento penal a pessoa que participa direta ou indiretamente num delito fica sujeita às penas da lei. No caso da tortura, se ficar comprovada a participação ou convivência do delegado de Polícia, este deverá também ser punido. Quanto à parte administrativa seria o caso de realizar sindicâncias para apurar o procedimento do delegado. Seria de competên-

cia da Secretaria da Segurança Pública. Qualquer autoridade, mesmo o juiz, responde na Justiça por abuso de poder ou qualquer prática ilegal que cometa.

NT — Indo às questões práticas locais: Há muitas denúncias de tortura praticada pela Polícia de Foz do Iguaçu. Muitas não estão suficientemente comprovadas. Mas há uma, a que resultou na morte do funcionário do Circo Garcia, Orlando Silva, mais que comprovada — até mesmo por uma nota oficial da Divisão de Polícia Federal aqui. Mas ninguém sabe se o responsável, cujo nome é conhecido, tenha sido julgado, penalizado. Isto é apavorante. Pode levar o funcionário da Polícia a se considerar impune, intocável, como pode levar a população a conviver com a tortura como um fato normal. Pior: Vamos acabar caindo na legalização da tortura. Como é que se poderia averiguar se esses processos foram abertos ou não, se tiveram sequência? E como poderia o jornal Nosso Tempo ou qualquer cidadão proceder para que se abra um processo administrativo e judicial?

Dr. Roberto — Qualquer cidadão pode vir ao Fórum para saber se alguém que tenha cometido algum delito está sendo processado. No Cartório Criminal há um livro com os nomes dos réus das ações. O livro é público e o escrivão é obrigado a dar uma certidão a quem solicitar.

NT — E se não encontra nada contra notórios torturadores?

Dr. Roberto — É o momento de fazer a queixa e pedir apuração dos fatos. E cobrar o andamento de um processo.

NT — Na Delegacia local os presos se queixam de que nenhuma autoridade do Judiciário os visita para verificar em que condições são mantidos. A quem compete cuidar disso?

Dr. Roberto — O promotor deve fiscalizar periodicamente as condições carcerárias e tam-

bém o juiz da Vara Criminal pode fazer isso. É mais uma obrigação do promotor, e não sei se isso está sendo feito.

NT — Como poderíamos saber das medidas tomadas contra o torturador que assassinou o funcionário do Circo Garcia dentro da Divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu? Nós soubemos, através de fonte merecedora de crédito, que o torturador está em liberdade e em exercício dentro do órgão federal.

Dr. Roberto — Ele pode ser réu primário e estar respondendo em liberdade, podendo ter sua residência e seu emprego, conforme assegura a Lei, até o término do julgamento. É uma barbaridade, mas a Lei é assim e não fomos nós do Judiciário que elaboramos a Lei.

NT — Nós queremos saber a quem e aonde nos dirigirmos para saber se há um processo contra ele.

Dr. Roberto — Devem ir à Justiça Federal em Curitiba, na Rua XV, perto do Correio antigo.

As medidas saneadoras e eficazes

NT — Qualquer cidadão pode visitar detidos e presos que não estejam incomunicáveis?

Dr. Roberto — A incomunicabilidade não existe. Parece que só a Lei de Segurança Nacional prevê incomunicabilidade para certos crimes contra ela. Mas na Justiça Comum, todo o cidadão pode visitar os presos para ver em que condições estão, para ajudá-los em alguma coisa. É claro, deve ser obedecido apenas o horário ou alguma outra norma interna da casa de detentos. Cumprido isso, nenhum cidadão pode ser barrado.

NT — Mas a nível administrativo, interno da Polícia, não há medidas saneadoras, preventivas, para afastar os maus po-

liciais?

Dr. Roberto — O mau policial pode ser afastado pelo superior. É o que deveria acontecer para que não cometa maiores barbaridades. Mas veja como são nossas leis. O torturador da Polícia Federal pode responder ao processo em liberdade, e mesmo depois de condenado, se for, poderá recorrer ao Tribunal e esperar também a decisão do Tribunal em liberdade. O pretexto é a super-população carcerária. É mais uma causa para a Justiça cair do descrédito, sem culpa.

NT — Não achamos que essas prerrogativas sejam motivo de descrédito na Justiça. Achamos que refletem um grande respeito pelo cidadão, não mantendo-o preso antes de cabalmente comprovada a culpa. Na ocorrência de tortura policial, a quem deve ser dirigida a petição judicial?

Dr. Roberto — Ao juiz da Vara Criminal, de preferência, protocolando no Cartório Criminal o documento que contém a denúncia.

NT — Há prazos par ao juiz tomar alguma atitude?

Dr. Roberto — O Cartório tem cinco dias de prazo para qualquer ato. O Juiz, por sua vez, tem mais cinco dias para abrir inquérito na Delegacia, e esta tem trinta dias para concluí-lo. Depois, se o promotor julgar que as provas não são suficientes para incriminar, pede o arquivamento.

NT — Para melhor orientação do povo, quais são os nomes dos ocupantes atuais dos cargos na Justiça em Foz do Iguaçu?

Dr. Roberto — Eu e o dr. Celso de Macedo somos da 2ª Vara Cível, e não podemos entrar na área Criminal, que é afeta à respectiva Vara, cujo titular é o dr. João Kopytowski. É a ele que devem ser encaminhadas as petições contra a Polícia. A parte de menores, família e registros públicos está com o dr. Lauro Augusto Fabrício de Melo. Na falta de um desses juizes, existe a juíza substituta, dra. Maria Aparecida Blanco de Lima. Os três promotores, a quem também podem ser dirigidas essas representações, são os doutores José Caetano Ferreira Neto, Helió Airton Levin e Joni de Jesus Campos Marques.

NT — Abaixo dessas autoridades, quem ocupa cargos relevantes na Justiça, na Polícia?

Dr. Roberto — Na Polícia Civil há o Dr. Germano do Nascimento, que é o titular responsável pela Subdivisão policial, e o delegado adjunto, dr. Raimundo Nonato Siqueira; depois há superintendente, o escrivão, o agente, o carcereiro.

NT — A Polícia Civil é órgão da Justiça?

Dr. Roberto — É órgão do Executivo. Ela, porém, auxilia a Justiça.

NT — Então a Justiça não tem uma polícia própria. O poder dela é mais moral.

Dr. Roberto — O elemento de execução da Justiça é o Oficial de Justiça.

NT — O Oficial de Justiça tem as mesmas prerrogativas do policial? Pode andar armado, dar ordem de prisão...?

Dr. Roberto — Perfeitamente.

NT — Só a Polícia Civil faz inquéritos para o Fórum?

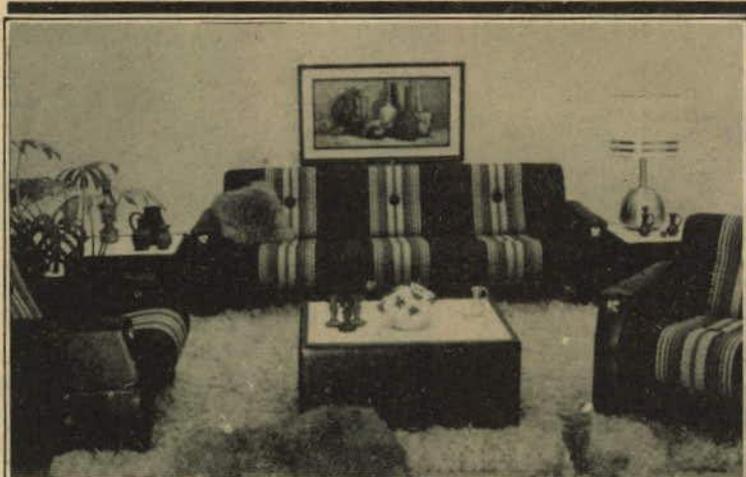
Dr. Roberto — Só.

NT — O que compete a cada organismo policial?

Dr. Roberto — A Polícia Federal compete o combate ao contrabando e todos os crimes contra a Receita. O tóxico já é com a Justiça Estadual, e quem lavra o inquérito e o remete ao Fórum é a Polícia Federal. A Polícia Militar cuida do trânsito, DNER,

CASA DE UMBANDA Artigos religiosos de Umbanda e Candomblé. Pombas, defumadores, patuás, fluidos algidares, livros e discos em geral.

JOANA D'ARC Ferro para assentamento de Orixá, Exu, etc...
Travessa B, 1118 —
(Fundos da Est. Rodoviária)
Fone: 73-5975
Foz do Iguaçu — Pr.



RUBI MÓVEIS
Comércio e Exportação de Móveis Ltda.
Móveis Novos e Usados
R. Jorge Sanwais, 778 — Fone 74-2283.
Foz do Iguaçu — Pr.

*Contabilidade *Seguros *Ramo Imobiliário

Organização Contábil Delta Ltda.

R. Benjamim Constant, 49 — Frente ao Fórum
Cx. Postal 277 — Foz do Iguaçu — Pr.
Fone: (PABX) 74-3551

Contabilidade *Seguros Ramo

Vem aí uma nova opção no ramo de construções

CONSTRUTORA GRAMADO

Rua Edmundo de Barros n° 200 - Sobre loja

captura de criminosos. Ela está a serviço do Poder Executivo. É estadual.

NT — E a Receita Federal?

Dr. Roberto — Só faz apreensão de mercadorias contrabandeadas, vigia o cumprimento das leis fiscais, protege o erário público. Mas quem faz o inquérito criminal é a Polícia Federal.

Inocentes torturados e condenados

NT — Está claro. Vamos analisar outro caso de tortura. Um senhor foi denunciado à Polícia Federal como estuprador e seviador de menores. Foi detido. Na PF ele assinou um termo em que se declarou culpado. Com isso, remetido à Polícia Civil, ficou incriminado e preso. Ele, porém, jura que teve que admitir a culpa para se livrar das torturas. E os sinais de tortura no corpo dele eram claríssimos.

Dr. Roberto — Ele deveria ter entrado com uma petição para apurar a ocorrência da tortura.

NT — Mas o detido confessou sob tortura a prática criminosa que não cometeu. (As cadeias estão cheias de presos desse tipo). Nesse caso, a pessoa fica presa por muito tempo e os sinais de tortura desaparecem e fica impossível comprovar os ferimentos. No julgamento, o inocente acabará condenado. Como é que fica?

Dr. Roberto — Quando o inquérito policial chega ao Fórum, é feito novo interrogatório, que é um meio de defesa do réu. Evidentemente fica difícil para ele provar que foi torturado e por isso admitiu a culpa. A culpa é dele mesmo ou da estrutura por não ter impetrado habeas corpus, comunicado ao juiz... Então lhe restaria provar através de testemunhas, o que será difícil, porque elas não existem normalmente. As pretensas vítimas serão ouvidas e aí ele poderá ser condenado ou absolvido. Mas comprovar a tortura sem o laudo não é fácil.

NT — Como pode ser efetivada uma prisão?

Dr. Roberto — Por ordem do juiz ou em flagrante apenas. Em casos de meras suspeitas o delegado pode recolher o cidadão apenas para averiguações, sem mantê-lo preso ou detido.

NT — O acusado pode mentir ou negar-se a responder às

perguntas dos investigadores?

Dr. Roberto — Pode. Sem que isso agrave sua possível punição. Se o acusado não responde, anota-se no processo essa conduta, o que apenas aumentaria as suspeitas sobre ele, nunca a pena.

NT — O fato é que presos políticos cumpriram penas duríssimas por crimes que nunca cometeram mas que confessaram sob tortura. Agora o mesmo ocorre com os chamados presos comuns. Vários presos da Delegacia de Foz afirmam estarem cumprindo penas por essa causa.

Dr. Roberto — Bem, a Polícia não pode tratar o preso como uma dama ou uma donzela. Tem que ser rígido, mas não maltratar.

NT — Pode ser enérgica, nunca violenta.

É uma causa nobre e relevante para o jornal.

Dr. Roberto — Lógico. Pode ser às vezes o policial ter que recorrer à violência em caso de reação violenta do preso.

NT — Há um detalhe importante que precisa ficar claro. Digamos que o preso foi ou está sendo torturado e continua detido. Ele mesmo pode fazer um bilhete informal solicitando a presença do juiz ou do promotor?

Dr. Roberto — Tanto o detido como outra pessoa qualquer. A autoridade irá averiguar, indo pessoalmente ou enviando um oficial de Justiça para pedir o laudo de lesões corporais, etc.

NT — Acreditamos que os esclarecimentos são suficientes para o que buscávamos. Para finalizar, gostaríamos de anotar para V. Excia. que se o jornal Nosso Tempo tem constantemente denunciado práticas de torturas por toda parte da Polícia, isso não é um mero assunto para nós. É acima de tudo uma causa, uma bandeira de luta contra um gravíssimo mal em nossa sociedade. Queremos ver a erradicação definitiva e total dessa prática abominável. E não vamos abandonar a luta antes de conseguir isso.

Dr. Roberto — Eu só me congratulo com a atitude do jornal Nosso Tempo. É uma causa nobre, democrática.

NT — Nós poderíamos ficar apenas denunciando. Teríamos assuntos para chamadas bombásticas na capa do jornal. Mas nós queremos nos livrar desse tema pavoroso o quanto antes.

Dr. Roberto — É uma atitude altamente louvável e digna de

apoio da comunidade, de atitudes, possivelmente da OAB, subseção local; ou mesmo formar algum comitê que vigie todo o tratamento e todas as condições carcerárias. Em caso de a vítima não ter ninguém por ela, ser incapaz de recorrer, esse comitê prestaria ajuda ao desamparado.

NT — É uma ótima sugestão.

Dr. Roberto — O jornal só tem a ganhar com isso. A questão é

realmente de fundo altamente moral e relevante.

NT — Nós queremos eliminar a tortura e temos um plano bem definido para isso. Tal prática não interessa a ninguém, pelo contrário, depõe contra o Estado, contra a própria Polícia e é uma vergonha para a sociedade iguaçuense, notadamente para o Poder Judiciário.

Dr. Roberto — É verdade.

JARDIM ALICE

O MELHOR NEGÓCIO PARA TODOS

Compare os investimentos que você pode fazer e escolha aquele que lhe dá o lucro em dobro.

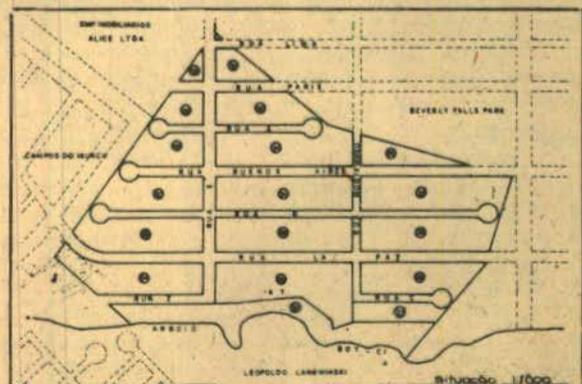
CADERNETA DE POUPANÇA: Nesse último ano a poupança rendeu 51% e a nossa inflação foi de 106%. O dinheiro poupado foi desvalorizado em 55%.

AÇÕES: investir em ações continua sendo como atirar no escuro.

IMÓVEIS: É comprovadamente o único investimento cuja valorização acompanha a inflação. A valorização imobiliária no último ano foi exatamente a mesma da inflação: 106%.

PAGUE EM ATÉ 36 MESES, COM PARCELAS FIXAS NÃO REAJUSTÁVEIS.

Faça uma projeção do futuro. Aplique no Jardim Alice. Localizado do lado do Ginásio de Esportes de Foz do Iguaçu. Asfalto na porta, recreação, esporte, etc



Representante exclusivo: Edson Celante e Corretores Associados - Fone: 74-1107 - Creci 1875.

RESTAURANTE EXECUTIVO COUNTRY CLUB

Serviço Internacional Classe "A"

Atendimento a turistas e executivos.

Fone: 73-5146

anuncie num jornal que retrata o nosso tempo.

A ARTE DE COMUNICAR

A julgar pelas aparências, pelo seu progresso material visível a olho nu — novas indústrias e casas de comércio, mais ruas asfaltadas, serviços públicos melhores — Antares é hoje em dia uma comunidade próspera e feliz.

Como, porém, nada é perfeito neste mundo, às vezes na calada da noite vultos furtivos andam escrevendo nos seus muros e paredes palavras e frases politicamente subversivas, quando não apenas pornográficas.

Os dedicados guardas municipais, sempre alertas, dão-lhes caça dia e noite. Numa destas últimas madrugadas abriram fogo contra um estudante que, com broxa e piche, tinha começado a pintar um palavrão num muro da Rua Voluntários da Pátria. Na calçada, no lugar em que o rapaz caiu, ficou um larga mancha de sangue enegrecido, na qual a imaginação popular — talvez sugestionada por elementos da esquerda — julgou ver a configuração do Brasil. (É assim

que nascem os mitos).

Cedo, na manhã seguinte, empregados da prefeitura vieram limpar a calçada dessa feia mácula, e quando começaram a raspar do muro o palavrão, aos poucos se foi formado diante deles um grupo de curiosos.

Aconteceu passar por ali nessa hora um modesto funcionário público que levava para a escola, pela mão, o seu filho de sete anos. O menino parou, olhou, para o muro e perguntou:

— Que é que está escrito ali, pai?

— Nada. Vamos andando, que já estamos atrasados...

O pequeno, entretanto, para mostrar aos circunstantes que já sabia ler, olhou para a palavra de piche e começou a soletrá-la em voz muito alta: "liber..."

— Cala a boca, bobalhão! — exclamou o pai, quase em pânico. E, puxando com força a mão do filho, levou-o quase de arasto, rua abaixo. (Incidente em Antares — Erico Verissimo)

Uma das formas de comunicação mais antigas é a escritura em paredes. Ela tem sido através dos tempos um instrumento para as pessoas canalizarem seu descontentamento diante de determinados fatos ou reivindicarem algo. Ficou conhecida como "pichação" porque as primeiras escrituras em paredes eram feitas com piche.

No Brasil a "pichação" que antes era feita somente por grupos políticos passou a ser utilizada também pelas minorias que não têm espaço nos jornais e por indivíduos que querem transmitir uma idéia ou mensagem. Tanto no "Estado Novo" em sua fase mais dura quando os fascistas grupos detiveram considerável parcela do poder, quanto nos anos negros da ditadura que se instalou no País depois do movimento militar de 64, a "pichação" serviu para que o povo transmitisse seu descontentamento diante do estado de excessão e para as reivindicações básicas para o momento, "Liberdade" e "Anistia".

Até 1968 as "pichações" eram feitas normalmente sem necessidade de nenhum aparato de cobertura, apesar de sempre se buscar a noite para tal atividade. Mas depois do Ato Institucional número cinco e

consequentemente o recrudescimento da violência repressiva, as "pichações" passaram a ser feitas por grupos organizados que contavam com esquema de segurança, ou seja, alguns indivíduos ficavam encarregados de avisar os pichadores da aproximação de qualquer pessoa estranha ao grupo. Mesmo assim muitos pichadores foram presos e alguns morreram sem terminar a frase. Era comum encontrar frases incompletas tais como: "Abaixo a dita," ou "Viva a liberd.". Há verdadeiros casos de heroísmo naqueles duros anos de luta pela redemocratização do país. Muitas "pichações" incompletas eram terminadas em outras noites por mãos anônimas.

Mas a "pichação" não se usou somente no período mais duro da ditadura; ainda hoje é comum um muro com frases inconformistas ou de reivindicação. Saindo do aspecto político da pichação, ela também tem servido para as pessoas demonstrarem o seu amor ou marcar presença: "Suzi ama Paulo", "José Voltou", "Rita dá o que é dela", etc... Ou então retratam a época através de frases cuja referência é o comportamento: "Gosto de Liza com os olhos vermelhos", "Liberdade para o baseado", "Bichá também é gente", "Abaixo o Sutiã", etc.

VÁRIAS FORMAS DE PIXAR.

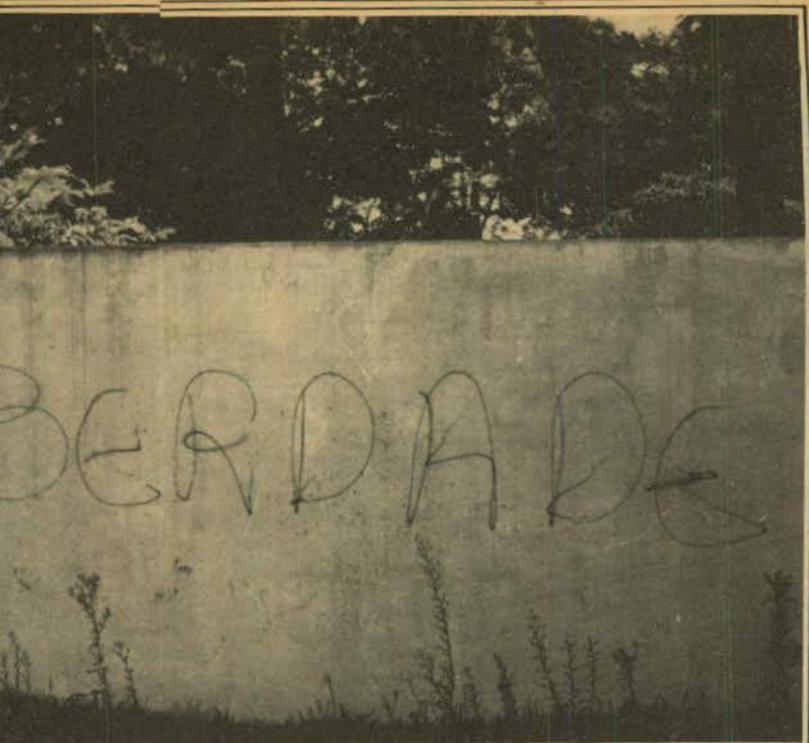
Não é só com piche que se faz uma pichação, mas também com spray e "bastão". Ultimamente se tem usado quase que exclusivamente a tinta spray devido à facilidade para o manuseio, mas o "bastão" já foi bastante usado pelo baixíssimo custo. Ele é feito com sebo, parafina e carvão moído. O sebo depois de derretido é misturado com a parafina para dar consistência, e na sequência com o carvão moído. Depois que o carvão estiver bem dissolvido com o sebo e a parafina, a mistura é posta em pedaços de taquara. Dá-se um tempo para secar e logo depois quebra-se a taquara e então o "bastão" está pronto para o uso.

Já a tinta spray pode ser encontrada em casas de tintas ou livrarias numa grande variedade de cores e por um preço que varia de 225 a 260 cruzeiros.

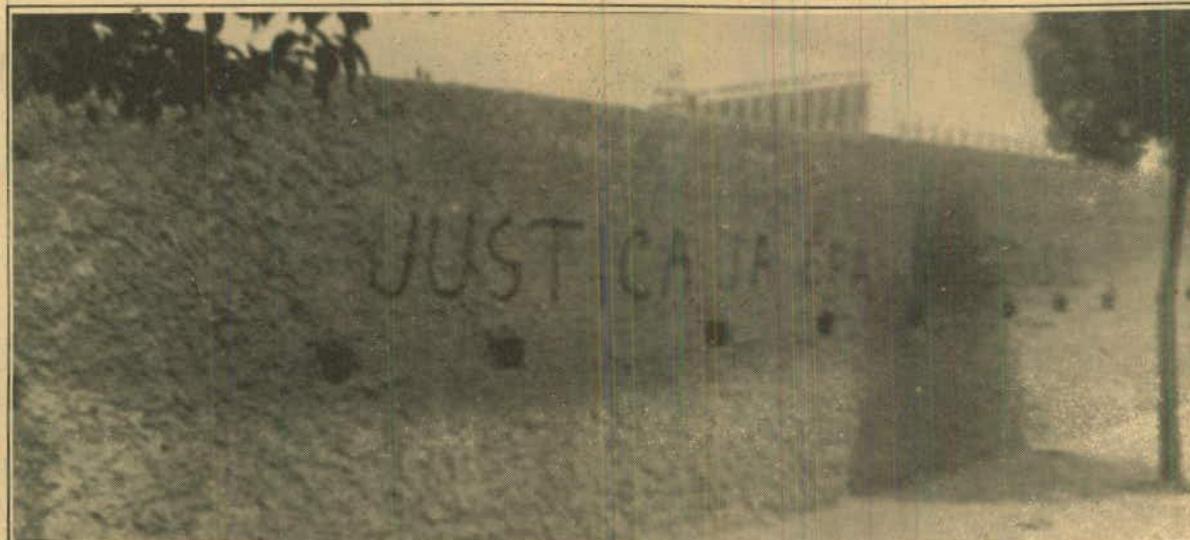
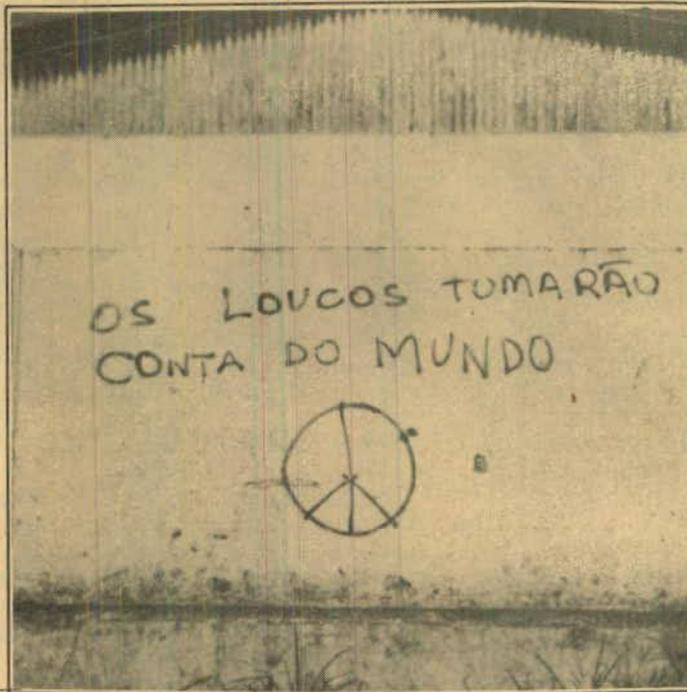
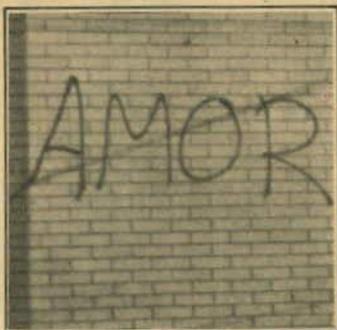
A forma mais barata e prática de pichação, entretanto, é a feita com lápis-cera, apesar de sua escrita fina. O lápis-cera, devido a essa limitação, é usado quase que somente para casais de namorados ou alguma pessoa isolada para transmitir seu amor ou alguma inquietação tanto no plano político como social.

ATRA DOS M





**VÉS
UROS**



Toldos em lona e alumínio. Residenciais e comerciais. Estruturas metálicas.

Cascavel Toldos

Fone: 73-4991
Foz do Iguaçu

Escritório
ter boy

Contabilidade, abertura e encerramento de firmas, contratos, declarações de bens, etc.

Travessa Cristiano Weirich, 91
Ed. Metropole, 1º andar - Sala 108.
Fone: 74-1611.

Advocacia
em geral

**Adolpho
Mariano da
Costa**

R. Minas Gerais, 1699.
Fones: 64-1206 e 64-1277.
Medianeira - Pr.

**ponto
de
encontro**

A ala jovem
de nossa
sociedade se
encontra
na Discoteca
Salvatti.

escritório jurídico

Dr. Álvaro W. Albuquerque
Dr. Agenor de Paula Marins
Dr. José Claudio Rorato
Dr. Antonio Vanderli Moreira
Dr. Ademir Flor
Dr. Santo Rafagnin

R. Benjamim Constant, 45
Foz do Iguaçu



Foto de Oswaldo Dikou

Expropriados por Itaipu voltarão às mobilizações

Agricultores marcharão sobre Itaipu

O movimento Justiça e Terra, dos agricultores expropriados por Itaipu, depois de alguns meses de relativa calma, ressurgiu disposto a recrudescer a interminável luta por uma indenização justa pelas propriedades que devem abandonar em favor da hidrelétrica Binacional em construção no Rio Paraná.

Há menos de dois anos do prazo para o repasse do Rio Paraná e a há um ano de prazo para todos os ocupantes das áreas desapropriadas abandonarem a região, restam ainda cerca de 40% dos atingidos para serem indenizados. Isto na margem brasileira do projeto, porque na margem paraguaia o andamento dos trabalhos está ainda mais atrasado. No Brasil, raríssimos proprietários estão realizando acordos com Itaipu em virtude dos preços defasados que a empresa oferece. Os expropriados mostram claros sinais de cansaço e decepção e as autoridades de Itaipu revelam-se desorientadas, comprimidas entre as reivindicações dos agricultores e as dificuldades financeiras que cercam a obra.

No dia 27 de fevereiro reuniram-se em Santa Helena as lideranças do movimento Justiça e Terra com a Assessoria Jurídica da Itaipu. Na pauta da reunião o grave problema: os preços das indenizações e problemas correlatos. Os resultados foram decepcionantes para os agricultores.

Em julho do ano passado os expropriados realizaram uma corajosa demonstração permanecendo 16 dias em frente aos escritórios da Itaipu em Santa Helena, desmobilizando a concentração popular somente após serem atendidas as reivindicações em níveis até certo ponto surpreendentes para a relutância de Itaipu em fazer justiça nas indenizações.

Acordo traiçoeiro

O resultado mais notável daquela demonstração foi o compromisso assumido por Itaipu de pagar 200 mil cruzeiros, preço aplicável a um mínimo de 80% das terras. Essa e outras reivindicações atendidas deixaram os agricultores com o sabor da vitória. As concessões só não conseguiram dissipar as apreensões quanto ao futuro. A necessidade de novas investidas permaneceu à vista depois das negociações realizadas naquela época.

Um ponto particularmente traiçoeiro para os expropriados foi a aceitação por Itaipu da proposta de reajustar os preços das terras de acordo com os índices das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), alterados trimestralmente. Os preços das terras fixados por Itaipu para efeito de indenização, com a aceitação dos expropriados, ficaram defasados no ato em relação ao comportamento dos preços no mercado imobiliário do Paraná, onde os agricultores teimam em permanecer desprezando promessas tão tentadoras quanto traiçoeiras em outros Estados. Somando-se o defasamento ao fato de que os aumentos nos índices das ORTNs nos dois trimestres subsequentes foram irrisórios, percebe-se em que limite os expropriados estão sendo explorados.

Por força desse procedimento, os colonos obtiveram em 6 meses um aumento em torno de 20 a 25 por cento (o primeiro em dezembro de 1980 e o segundo neste mês de março). Enquanto isso, os preços das terras (terras normalmente inferiores às que estão sendo compradas por Itaipu) aumentam em mais de 200 por cento.

Hoje Itaipu está pagando pouco mais de 200 mil cruzeiros por alqueire de terra, enquanto os preços que os expropriados encontram pelas terras que querem comprar oscila entre 500 a 700 mil cruzeiros por alqueire. É fácil entender que Itaipu vai fazer de tudo para não pagar o que os agricultores estão pedindo e precisando. E mais fácil ainda é perceber as drásticas posições que os expropriados irão assumir proximamente.

A vítima é o mais fraco

É importante observar que a responsabilidade pelo inflacionamento do mercado de terras é precisamente da Itaipu em grande parte. Com as expropriações aumentou a demanda, que acabou por precipitar a inflação no mercado imobiliário. Os que têm terras à venda especulam em cima dos preços da Itaipu, incentivados ainda pelo fato de a empresa pagar à vista. Os donos das terras disponíveis ficam atentos nos conflitos gerados entre Itaipu e os agricultores. No momento em que Itaipu faz concessões, os vendedores de terra imediatamente estipulam os preços bem acima do fixados por Itaipu e ficam à espera de que os expropriados



Foto de Oswaldo Dikoni

Agricultores acamparão em Foz do Iguaçu por tempo indeterminado

voltem às manifestações de protesto e reivindicação para conseguirem preços ainda melhores. Como não existe nenhum controle sobre o comportamento do mercado de terras por parte do Estado ou qualquer órgão, os que têm terras à venda jogam os agricultores contra Itaipu. Esta normalmente tem sido irredutível, justamente a protexão de conter a corrente especulativa e inflacionária. Por essa via, a vítima sempre foi o proprietário das terras requisitadas por Itaipu.

Pior é o fato de que esse processo é insolúvel dentro do quadro estabelecido. A culpa é da falta de planejamento e a precipitação com que a obra foi concebida, iniciada e executada. E a desejável e correta conduta que era de esperar dos idealizadores do projeto, a consulta popular precedendo a construção, não existiu. Agora os prazos para a desocupação da área estão expirando; ainda falta um número exageradamente grande de indenizações por realizar; os proprietários das áreas recusam acordos com a entidade expropriante; os que celebraram acordos o fazem sob severos prejuízos; Itaipu está com sérias dificuldades financeiras para seguir o ritmo e o cronograma pré-estabelecido e sente-se no dilema de ter que indenizar a preços justos (segundo a Constituição) e desacefear a obra, ou continuar cometendo a injustiça que sempre cometeu, com as conseqüentes intrigas desabonadoras, e seguir seu ritmo e cronograma, bem como não abandonar as mordomias e desperdícios que cercam o projeto.

Dessas duas alternativas, Itaipu sempre recorreu à segunda, e parece estar disposta a seguir o mesmo critério: O prejudicado foi escolhido desde o início — é o agricultor e todo o proprietário ou ocupante da área requisitada pela hidrelétrica.

Terra por terra

Resta aos expropriados o protesto público, a pressão social contra o plano macabro de que estão sendo vítimas.

Em julho do ano passado, só por detalhes a mobilização popular de Santa Helena não desembocou numa vultosa passeata e concentração em Foz do Iguaçu até a rendição da Itaipu às reivindicações dos agricultores. O elemento unificador e de coordenação é fundamentalmente das igrejas,

notadamente através da Comissão Pastoral da Terra, cujo secretário regional é o pastor Werner Fuchs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Ao movimento foi dado o nome de Justiça e Terra, significando que os colonos, exigem a troca de terra por terra, não por dinheiro — proposta que, infelizmente, esbarra no princípio constitucional que determina a indenização em dinheiro dos bens expropriados em função de um decreto de utilidade pública, como é o caso da área necessária para a hidrelétrica de Itaipu.

Realmente, com as coisas postas na forma explicada anteriormente, a única solução (melhor para as duas partes em conflito) seria a troca de terra por terra. Entretanto ninguém procurou viabilizar esta proposta, seja através de uma alteração constitucional ou de qualquer outro mecanismo, se existente e procedente.

Desse modo, o movimento Justiça e Terra, depois da decepcionante negociação com a Assessoria Jurídica da Binacional no dia 27 de fevereiro, decidiu convocar uma assembléia geral de todos os afetados para o dia 16 de março, com início às 9 horas da manhã no distrito de Itacorá.

A assembléia, como as anteriores, está sendo cuidadosamente preparada em reuniões das diversas comunidades da região afetada pelo problema. (Sobre os procedimentos desse tipo de trabalho, o livro publicado pela CPT e escrito por Juvêncio Mazzarollo — "A Taipa da Injustiça — traça um quadro muito claro).

A marcha é inevitável

Nessas reuniões, a proposta que ressurgiu com decisão é a realização de uma marcha e concentração popular em Foz do Iguaçu. A manifestação parece inevitável porque os agricultores estão literalmente cansados e decepcionados com todas as negociações, conversações e trocas de documentos com Itaipu. Eles conhecem à exaustão a insensibilidade e a teimosia das autoridades da Itaipu. Tal é a força com que a proposta está para ser assumida que os agricultores irão à assembléia de Itacorá previnidos com equipamentos, alimentos, etc., para dali rumarem a Foz do Iguaçu.

Informações fornecidas pelo movimento Justiça e Terra ao jornal **Nosso Tempo** dão conta de que os agricultores acamparão em Foz do Iguaçu determinados a não desocupar o acampamento sem o cheque indenizatório (a preços justos) nas mãos. Estão previstas, durante esse tempo, repetidas e diversas manifestações — passeatas pela cidade, protestos públicos, negociações em Itaipu. Equipes estão sendo organizadas para cuidarem de todos os aspectos e necessidades para o caráter pacífico, seguro e produtivo da manifestação. Prevêem as lideranças do movimento que devem se preparar para resistir semanas e até meses em concentração, pois Itaipu vai relutar enquanto os colonos prometem não ceder.

Na pauta do movimento está prevista a inclusão de um gesto de solidariedade aos operários que trabalham em condições desumanas na obra, conforme denuncia uma vasta matéria publicada por **Nosso Tempo** em sua 13ª edição. Os operários nunca puderam se organizar e se defender, então o movimento dos agricultores promete prestar esta solidariedade e incentivá-los a tomadas de posição.

A ausência de manifestação por parte dos agricultores desde julho e agosto do ano passado, portanto, longe de significar a regeneração de Itaipu, representou a germinação de um processo de indispensável radicalização que ora se anuncia. A partir do próximo dia 16 Itaipu viverá dias particularmente críticos e vexatórios por sua própria culpa.



Werner Fuchs: Os agricultores não cairão mais no jogo de Itaipu.

UPE EM FOZ

Está em Foz nestes dias 10 e 11 o Secretário Geral da UPE (União Paranaense de Estudantes), para contatos com o Diretório Acadêmico da FACISA e estudantado em geral. A visita do líder estudantil Fábio Mesquita está inserida dentro de um contexto de preparação de lutas dos estudantes de todo o País contra o aumento de anuidades e pelo aumento de verba para a educação dentro do orçamento da União.

A UPE é a entidade de representação máxima dos estudantes do Paraná. Foi até 1969 o instrumento principal de luta dos universitários até que foi fechada pelo arbítrio. Em outubro do ano passado foi reconstruída num congresso em Londrina. A primeira diretoria foi eleita em início de novembro e tomou posse no dia 29 do mesmo mês. Esta diretoria é a primeira depois de 12 anos da UPE ter sido fechada. Durante todo este tempo, entretanto, ela esteve presente na memória dos estudantes e nas lutas travadas pelas entidades de base.

Atualmente a diretoria é formada por 15 diretores. Além do Presidente e Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, há um Vice-Presidente para cada Regional. Aqui para a região o Vice-Presidente é de Palmas. Além disso, há um Secretário de Esporte, de Cultura e também um Secretário por área. Por exemplo, área de Bioquímicas, Exatas, etc.

PLATAFORMA

Somente agora a UPE está encaminhando a nível estudantil a colocação em prática da sua plataforma de luta. Durante as férias a diretoria esteve envolvida em intensa preparação para o grande embate que se dará neste ano entre estudantes e autoridades educacionais. O problema mais candente para o estudantado segue sendo a falta de verbas para a educação.

O plano de lutas da UPE está integrado à programação nacional que é encaminhada pela UNE. Falta de verbas é, entre todos, o problema mais crucial. Para se ter uma idéia da situação basta o conhecimento da redução da verba para a educação de 1963 para cá:

63-12% do orçamento da União
81 -4,7% do orçamento da União

A política educacional dos governos que vêm se sucedendo no poder depois do golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart, tem tido o efeito de baixar o nível do ensino numa verdadeira guerra entre governo e educação.

Como consequência disso tudo o governo está passando uma responsabilidade que deve ser dele para as costas dos estudantes. Mas os 12 por cento que eram destinados ao ensino há 16 anos atrás ainda não é suficiente, pois a própria UNESCO (Órgão da ONU para a educação), prevê que o país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, deve destinar 25 por cento do orçamento nacional à educação. Aqui na América Latina o Brasil só ganha do Haiti em matéria de atenção à educação.

Além do problema de verba, os estudantes sentem falta de democracia dentro das escolas. Para se ter uma idéia, as entidades criadas pelos estudantes (DCEs livres, Centros Acadêmicos, UPE e UNE) não são re-



Fábio Mesquita, Secretário Geral da UPE, está em Foz.

conhecidas oficialmente. A falta de democracia dentro das escolas também se faz notar na falta de representação dos estudantes nos Conselhos Universitários e na forma em que são escolhidos os reitores. Para a escolha dos reitores é feita uma lista tripla que é enviada ao Presidente da República, que então escolhe o reitor. Como consequência, um reitor escolhido pelo Presidente no máximo pode ter compromisso é com o Presidente e não com a educação e os estudantes. Por isso está dentro dos planos de luta da UNE-UPE a reivindicação de eleição direta para reitor.

Depois da intromissão dos EEUU no ensino brasileiro

através do acordo MEC-USAID, foi escandalosa a distorção de nosso ensino. O Estado foi pouco a pouco cortando as verbas e incentivando a privatização do ensino. Foram dadas condições de qualquer um abrir uma escola no fundo do quintal. A Educação passou a ser um fértil mercado de investimento.

Em 1968 havia 30 por cento de vagas nas escolas públicas e em 1980 a porcentagem baixou para 6. Como resultado 94 por cento das vagas estão em escolas particulares.

UPE CONVOCA PARA A LUTA

Na última eleição para a UPE concorreram quatro chapas. Mais de 50% dos estudantes universitários do Paraná votaram na última eleição. Dos municípios onde há ensino superior só não houve eleição em Toledo e Jandaia do Sul. A atual diretoria foi eleita por 11.500 votos e é com esta representatividade que ela hoje convoca todos os estudantes universitários do Paraná para a luta por maiores verbas; em defesa da escola pública; pela democratização do ensino e pelo engajamento da Universidade no plano geral de luta por uma sociedade democrática e justa.

Quanto ao aumento das anuidades os estudantes não aceitam nenhum aumento superior a 39,04 por cento neste ano. As lideranças estudantis deram o prazo para o Ministério de Educação e Cultura até o dia 20 de março para se pronunciar sobre este pedido. Caso MEC não se pronuncie, os estudantes prometem para o dia 7 de abril o início uma greve geral em todo o País.

No Paraná o estudantado está se preparando para mais esta luta e é dentro desta programação que Fábio Mesquita virá a Foz. Na última greve, Cascavel e Francisco Beltrão aderiram plenamente. Para esta greve, os estudantes do Paraná estão decididos a partir, juntamente com os estudantes de todo o país, para a conquista do direito que todo o brasileiro tem de chegar à Universidade.

A paciência de Sta. Terezinha tem limite

(Sérgio Spada)

Santa Terezinha, talvez o maior Distrito do Paraná, e o único de Foz do Iguaçu, possui todas as características necessárias para se tornar em curto espaço de tempo uma progressista cidade. Porém, seu avanço está sendo travado por causa das gritantes deficiências no setor administrativo. Não possui vida autônoma, e o sub-prefeito é escolhido a dedo pelo Interventor Iguacuense, que por seu turno tem seu nome saído do bolso do paletó do Interventor estadual. É esse, por sua vez, tem seu nome indicado por outro personagem escolhido por via indireta, que é o Presidente da República. De cima a baixo, todos escolhidos por um processo antidemocrático e condenável, do qual a participação popular está aliçada.

Está situada numa região predominantemente agrícola, e produz basicamente a soja, o milho e o trigo. Com o comércio bem estruturado e forte satisfaz todas as necessidades de sua população. Santa Terezinha, anteriormente denominada Criciúma devido ao fato de seus primeiros colonizadores terem vindo dessa cidade, possui uma população ordeira e trabalhadora, e arrecada considerável fatia dos impostos que entram nos cofres da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Mas, apesar dessas virtudes, o Distrito nada ou quase nada recebe em benefício de sua administração.

Faz pouco tempo, a comunidade local se ressentiu da necessidade de um organismo policial que fosse mais eficiente, pois como o progresso também vieram os crimes e a insegurança. Moradores procuraram o Prefeito Municipal, o Delegado, o Secretário da Segurança e políticos governistas para que esses os auxiliassem na construção de uma sub-delegacia. Diante dessas autoridades nada conseguiram a não ser promessas. Voltaram para casa indignados e partiram para o esforço pessoal, colaborando cada qual com o que estava ao seu alcance, e construíram um prédio com todos os aposentos necessários. Mas para a inauguração não faltaram os oportunistas que fizeram do evento um "grande" comício.

Nessa mesma sub-delegacia, havia até poucos meses um funcionário da Prefeitura Municipal exercendo o cargo de sub-delegado, e cometendo as maiores arbitrariedades. A comunidade, não mais resistindo às injustiças e à falta de segurança, reuniu-se para tomar uma posição e decidiu mudar o então "delegado". Para substituí-lo indicou o nome do Sr. vitória Corrente, que é uma pessoa idônea e de capacidade comprovada. Mas na hora da expedição da portaria que nomearia o Sr. Corrente para assumir o posto, seu nome foi inexplicavelmente vetado pelo deputado Tércio. Para ocupar o cargo foi nomeado um funcionário da Secretaria da Segurança do Estado, aposentado, que segundo muitos moradores não está cumprindo a missão a

contendo.

INÉRCIA E IRRESPONSABILIDADE

Dada a distância do Distrito até Foz do Iguaçu, e ao grande número de estudantes que confluem o primeiro grau anualmente, se fez necessário no local uma escola de segundo grau. Mais uma vez foi chamada a comunidade, para suprir a inércia e a irresponsabilidade das autoridades governistas, e fundar a escola que hoje funciona pelo sistema CNC, onde o aluno tem que pagar mensalidades para cobrir as despesas do estabelecimento. Esse ônus seria do governo, no entanto quem está pagando é o povo.

O quadro urbano do Distrito abrange uma imensa área, mas só existe uma avenida asfaltada, e o resto dos moradores das demais ruas têm que nos dias de sol suportar a poeira e nos dias de chuva amassar a lama. O revestimento de broquet da referida avenida gerou enormes polêmicas entre os moradores e a Codefi; desnivelou e desalinhou inúmeros prédios, que haviam sido construídos dentro de normas baixadas pela Prefeitura Municipal, e ainda por cima custou os olhos da cara aos contribuintes.

Para quem pensa que favela é um problema das grandes cidades, certamente ficará surpreso ao tomar conhecimento de que em Santa Terezinha elas também existem. A cem metros da principal avenida, cerca de cinquenta famílias vivem condições de vida subumana. São pessoas que foram expulsas de suas pequenas propriedades agrícolas, que não possuem água potável para beber, que não recebem o fornecimento de energia elétrica, que não têm acesso ao ensino, que não têm saúde e que estão condenadas ao marginalismo, se providências não forem tomadas por aqueles que têm responsabilidades para com o povo.

PROPINAS E ROUBALHEIRA

Os loteamentos clandestinos também se fazem presentes em Santa Terezinha, e o povo humilde está sendo ludibriado nas barbas da administração do Distrito, que está fazendo vistas grossas ou está recebendo propinas para consentir com tal roubo. Os adquirentes desses lotes são na maioria ex-moradores de Alvorada do Iguaçu, que já foram expulsos de suas propriedades pela Itaipu, que receberam preços irrisórios pelas benfeitorias e que agora estão sendo novamente lesados por exploradores sem alma, que agem mancomunados com administradores sem escrúpulos. Um dos maiores desses loteamentos pode ser percebido à direita da BR 277 na saída para Foz do Iguaçu.

Foi criada uma Comissão Especial de Inquérito na Câmara Municipal para apurar as irregularidades que estavam (e estão) sendo cometidas no Distrito, mas esta não concluiu seus trabalhos e deu em nada. Os moradores reclamam, muitos querem a substituição de muita gente que ocupa cargos importantes na administração, e têm razão, porque pagam mais de uma dezena de diferentes impostos e nada recebem em troca por parte da Administração Pública: pagam coleta de lixo mas a maioria das vezes têm que queimar o lixo no fundo do quintal; pagam iluminação pública, mas não a têm, pagam conservação das ruas e estradas mas essas encontram-se cheias de buracos e intransitáveis; elegem uma pessoa para ocupar determinado cargo, e este é vetado. É hora do povo ser ouvido e atendido, pois a paciência tem seu limite.

Impressos e
Carimbos
em geral

GRÁFICA
CINQUENTENÁRIO



Av. Jorge Schimmelpfeng, 694
FONE: 74-1689



Kuster: chegou a minha vez



Koelbl: Ninguém me tira esta oportunidade

Quem será o presidente da Câmara?

Com a prorrogação dos mandatos de todos os prefeitos e vereadores do País, voluntária ou involuntariamente elevados à constrangedora situação de "bionicos", as câmaras municipais estão realizando eleições para suas mesas diretoras.

No Paraná, cerca de 60 por cento das câmaras já realizaram eleições, e as que ainda não o fizeram, como Foz do Iguaçu, deverão realizá-las até o final deste mês.

Em poucas câmaras a solução para o caso foi a prorrogação dos mandatos, e Foz do Iguaçu parece ser um dos raros casos em que a proposta está em evidência. O atual presidente, Aguielo Fávero Haus, foi quem concluiu que a prorrogação do mandato de vereador incluiria automaticamente a prorrogação dos mandatos das me-

sas diretoras - fazendo nascer suspeitas de que ele mesmo é um político bem vocacionado para a "bionidade". Mas a solução proposta por Fávero é afastada por seus colegas no Legislativo iguaçuense. Todos são unânimes em afirmar que a pretensão do atual presidente não encontra respaldo legal e muito menos apoio dos vereadores ou de Manuel Orfanaki, diretor da Câmara. Ao que tudo indica, a tentativa de prorrogação será efetivamente frustrada.

Desse modo a eleição é inevitável e a renovação também. Surgem então dois fortes candidatos à Presidência da Câmara em Foz do Iguaçu — Alberto Koelbl e João Kuster, este último em eterno, e sempre frustrado, candidato ao cargo.

Os dois estão dividindo os eleitores em duas partes que, se não são matematicamente iguais, é porque o número de vereadores (9) é um número ímpar.

Koelbl tem a certeza de contar com 5 votos e Kuster também. Mas neste caso falta um vereador na Câmara. A verdade é que há um voto que os dois disputam sem saber quem o receberá. Mais ainda: Esse voto oscilante ninguém sabe ao certo quem tem em mão. Será o Aldivo Wegner ou indeciso? Ou Zuleide, ou quem?

João Kuster reivindica apoio à sua candidatura inclusive com o reforço de que o prefeito Clóvis Cunha Vianna tem nele seu candidato preferido. Estariam com Kuster ainda Zuleide Ruas Lucas, Aldivo Wegner, Dobrandino Gustavo da Silva, Sérgio Spada, Francisco Foltrane Freire, e naturalmente ele próprio. Se o candidato não es-

tiver alimentando qualquer ilusão, está eleito.

Acontece, porém, que Koelbl, também se considera eleito, pois conta com os votos de Evandro Teixeira, Aguielo Fávero Haus, Aldivo Wegner, Dobrandino Gustavo da Silva e, evidentemente, com o seu próprio voto.

O PMDB, que conta com três vereadores (Sérgio Spada, Dobrandino Gustavo da Silva e Francisco F. Freire), pretendeu até poucos dias reivindicar para seu partido a Presidência da Câmara. O principal progandista da idéia era o presidente do partido, José Leopoldino Neto. As pretensões de Kuster e Koelbl frustraram o PMDB.

Mas a especulação sobre o endereço de cada voto dos vereadores parece ser o campo mais fecundo nestas horas que precedem a eleição. Nesse sentido, o voto que decidirá a eleição deve estar com Aldivo Wegner. Visivelmente indisposto com o Prefeito, Wegner aproveitaria para tirar um pouco de cisco dos olhos votando contra o candidato apoiado pelo Prefeito. Se essa especulação tiver fundamento, Kuster está eleito, segundo alguns. Mas, a rigor, ninguém sabe ao certo com quem está o voto indeciso.

Neste quadro, o espaço para surpresas é grande.

O surgimento de um "tértius" está definitivamente afastado. A presidência da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu ficará realmente com Kuster ou Koelbl, a não ser que Fávero reforce sua determinação de reivindicar prorrogação de seu mandato. Para isso, faltando-lhe apoio em Foz do Iguaçu, pode sentir-se estimulado por exemplos de outros municípios, que adotaram esta solução inclusive com respaldo no Judiciário, apesar de a Lei não dar a mínima sustentação expressa para a proposta. Juizes estão acatando mandados de segurança impetrados por adeptos e também por adversários da prorrogação.

Em todo caso, estando o povo privado de eleger seus representantes por mais dois anos e tendo que engolir os atuais representantes por mais esse tempo, a eleição da mesa diretora da Câmara é um tema que pouco ou nada interessa a população, ficando a comção por conta das folclóricas ambições políticas interioranas.

Tanto para os vereadores como para os poucos mais que prestam atenção a este fato, o "mistério" será definitivamente desvendado na sessão da Câmara de hoje à tarde.

Sindicato dos empregados no comércio hoteleiro e similares de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso n° 1241 — Sala 1 — Fone: 74-1281

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos e a Legislação Sindical, CONVOCA os Senhores Associados, em condições de votar, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 (quatorze) de Março de 1981, às 18,00 (dezoito) horas, em sua sede social, situada na rua Almirante Barroso n° 1241 — sala 1, nesta cidade de Foz do Iguaçu, para deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Leitura e aprovação da Ata da Assembléia anterior;
- Autorização para Diretoria negociar com a Classe Empresarial, Convenção Coletiva de Trabalho de âmbito municipal, e na impossibilidade desta, ingressar com Dissídio Coletivo;
- Piso Salarial mínimo aos integrantes da categoria profissional;
- Fixação da Taxa de Reversão para fins assistenciais;
- Outras reivindicações em favor da Classe.

Os itens "b", "c" e "d", serão vetados por escrutínio secreto. Não havendo na hora acima indicada, número suficiente de associados presentes, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembléia será realizada às 20:00 (vinte horas) do mesmo dia, em segunda convocação, com qualquer número de participantes.

Foz do Iguaçu, 09 de Março de 1981.
Wilson Osmar Martins
Presidente

Venha conhecer a união da agilidade e estabilidade no novo Gol 1.6

Juntamente com nossos planos de pagamento



Na Paraguaçu de Automóveis Ltda.

Av. Brasil, 437 — Fone: 73-3311



Revendedor Autorizado

Gráfica

Painel

Qualidade e rapidez em qualquer tipo de impressos

Av. Iguaçu, 360 — Vila Iolanda
Tel: 74-2277 Foz do Iguaçu — Pr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA FAZENDA

ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF) NÚCLEO DO PARANÁ

AVISO NESAF/PR N° 002/81

O COORDENADOR DO NÚCLEO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA — NESAF/PR., avisa aos interessados que se encontra afixada no SAGUÃO deste edifício a relação final, por ordem de classificação do PROCESSO SELETIVO "AJUDANTE DE DESPACHANTE ADUANEIRO", e comunica que deverão comparecer, a partir do dia 26/02, à DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO, 9° andar — sala 902, munidos de:

- Cédula de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista;
- Comprovante de Escolaridade.

Esclarece ainda que esse período de apresentação deverá ser de 26 de fevereiro a 25 de março de 1981.

Curitiba-PR, 24 de fevereiro de 1981.

JOSÉ GONSALVES DE MORAES
COORDENADOR DA NESAF/PR

Vendo telefone
Vendo telefone comercial por 10 mil abaixo do preço.
Tratar com Adelino pelo fone: 74-2344.

Perdido Documento

SAID ABOU GHAOUCHE NETO comunica que perdeu sua Carteira de Identidade. Pedese a quem encontrar entregar à R. Concahes Ledo, 103 ou telefonar para 73-2023.

GRANDE FESTA

A comunidade do bairro Campos do Iguaçu promove no próximo domingo, dia 15, grande festa popular pró-construção da capela. As dez horas, Missa Solene na Escola Carlos Gomes; ao meio dia, almoço com churrasco; e à tarde, jogos, diversões e muita alegria.

CRISTINA

● **Os melhores dias.** Bem colocado o assunto **Carnaval** na edição **extra e super** de terça-feira passada, feita pelos **Editores**. Realmente, o carnaval é festa sem dono. Nele só impera a alegria e a descontração. Gente que se transforma, ou que se identifica. E isso foi o que vimos em Foz do Iguaçu, começando na quinta-feira, e terminando na gloriosa terça, ou melhor, quarta.

● **E como dizem eles:** Põe-se beleza até onde há feiúra. E nisso nós mulheres somos peritas. E deixamos nossa imaginação solta e a cargo da alegria.

● **Quero cumprimentar** todos os presidentes dos clubes de nossa cidade por nos terem franqueado a cobertura de mais uma festa-de-momo e também por terem apresentado um Carnaval à altura do povo e da cidade turismo do Paraná. Sem dúvida nenhuma, tanto na decoração como em todo o atendimento aos sócios e seus convidados vocês tiveram nota dez.

● **Quero destacar o trabalho** das esposas dos presidentes dos clubes, e em especial para as sras. Mayli Valliati e Edy Tosi, que se privaram totalmente em desfrutar dos folgados, dedicando-se unicamente a assessorar seus maridos na árdua tarefa de recepção e fiscalização dos foliões.

● **E fora um ou outro folião esquentado,** tudo transcorreu na mais perfeita ordem. Nós ficamos com o prêmio de melhor cobertura carnavalesca, mas vocês ficaram com o troféu de verdadeiras primeiras damas da nossa sociedade.

● **Que pena não termos um ginásio,** para o povo também participar desta festa tão brasileira. Alegria e disposição não faltam. E isso nós pudemos ver pelas ruas da cidade, os blocos pequenos ainda, mas já de grande iniciativa, pulando descontraidamente. Para mim, esse é o verdadeiro folião, aquele que sai no asfalto, dança e requebra, sem muito tric-tric.

● **Foi uma pena o bloco dos Enxutos** (todos cavalheiros da alta roda de Foz) não ter saído. Mas, para o próximo ano, não perdão. Vamos fazer um carnaval de rua, com os grandes foliões da sociedade, juntamente com o povão todo. E como o carnaval do próximo ano já começa na quinta-feira, aqui fica minha convocação, para os Enxutos, os da banda **Chiru-Curepi**, o da **Baleia-pura**.

● **Incluo nessa convocação** todos os blocos que participaram nos clubes e todos os foliões independentes. Vamos fazer do carnaval de Foz mais uma atração turística. Aqui fica a sugestão para o meu amigo Luiz Guilherme Siqueira, recentemente empossado como Secretário de Turismo de Foz do Iguaçu. Vamos lá, Secretário, essa poderá ser mais uma das suas grandes realizações. **Pé firme e vista grossa. O resto é sucesso.**

● **Mas sucesso mesmo** foi o das senhoras Sandra de Brito, Gioconda Seeling, Neucy de Lima, que nas quatro noites se apresentaram com fantasias diferentes, todas chiquérrimas e de muito bom gosto. Contribuíram para o toque de distinção e alta classe no carnaval dos guar-

da-sóis, bem bolados pelo Murillo Benatto. Sem falar nos vários blocos e bloquinhos que não deixaram por menos no Country.

● **Inclusive aquele bloco** do "Você quer entrar numa fria?". E lá ia gelo. Só podia ser coisa de pirata de quem pretendo tirar a forra num futuro bem próximo. **Se cuidem, piratas.**

● **Os travestis Bernadete Almeida e Cia Ltda.** estavam fora de série. Custei para acreditar que aquela tremenda morena de verde era um tremendo garotão. Ainda não consegui descobrir quem era. Só identifiquei a Bernadete Almeida.

● **Como destaque masculino** anotei a presença do original Jairo Klein, que fez enorme sucesso com sua fantasia de pescador. **Mereceu o prêmio.**

● **O Country** este ano está mesmo com a bola branca, como dizem, e continua com nota dez, merecidamente recebida pelos belos olhos e sorrisos de sua linda Rainha do Carnaval, Srta. Belinha Fossari Fernandes.

● **Agora a figura que mais empolgou e deu suspense,** sem dúvida nenhuma, foi Mônica Copação, a pantera cor-de-rosa, muito bem acompanhada, felizmente.

● **Uma festa, para ter sucesso,** depende de muita coisa, mas começa mesmo pela participação de todos, pelo desejo de fazer o melhor, da alegria dos que nos cercam, do respeito mútuo, dumas bebidinhas, dos maridinhos animadinhos, dos namoradinhos, daquela paquerinha escondidinha, da música contagiante. E tudo isso deu o Carnaval 81 de Foz do Iguaçu.

Não esqueçam de passar no Foto Avenida e pegar aquela foto, para recordação, desta festa maravilhosa.

● **O empresário Eloy Brandt** (Gelauto) aniversariou dia 16 p. passado. O registro, mesmo atrasado, é válido, graças à amizade de seus inúmeros amigos. Os cumprimentos da coluna e do pessoal da casa.

Falar em carnaval e não falar nos bailes infantis, seria como almoçar e não comer a sobremesa. As crianças, como sempre, mostraram que em nada ficaram devendo para os adultos. Ao contrário, em muitas vezes os ultrapassam. Em resistência e espontaneidade, tenho certeza.

● **Declinar nomes** seria incorrer em omissões imperdoáveis, portanto não darei os classificados nos concursos de fantasia dos clubes da cidade.

● **Será no próximo dia 13, a inauguração da Discoteca Broadway,** dos nossos amigos Jair Costa e Antonio Araújo. O ato será precedido um dia antes por um coquetel oferecido às autoridades, imprensa e convidados especiais.

Você tem um encontro marcado no

Black Tie Drink's

*** Pizzas * Petiscos
* Batidas**

**Ar condicionado —
música ambiente**

**Av. Brasil, 1111 — 1º andar
(altos do Banco Sul Brasileiro)**



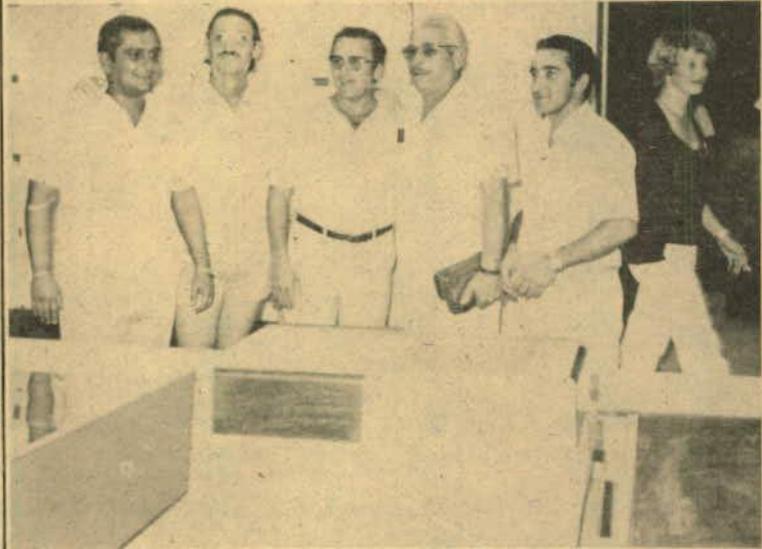
Belinha Fossari Fernandes. Rainha do Carnaval 81 do Country Club

CRISTINA

Mais uma mostra
do que foi o
Carnaval nos clubes.



Lívio Bordin, José Prestes, Valter Lopes, Marco Spinelli e Nivaldo C. Amaro. — Inauguração do Supermercado Sgarioni.



Flashes da inauguração do Supermercado Sgarioni.



A CHROUPANA

Churrascaria

Lanches Sucos

Canjas Dobradinha

Salada de frutas

com sorvete



Atendimento

24 horas por dia

Amplo estacionamento

Av. Cataratas, 78
(Antiga Fruteira D. Xepa)
Fone: 73-3738

Opinião

Juvêncio Mazzarollo

O PREÇO DA UVA

O leitor pode ficar surpreso com o tema deste artigo. Para que falar de uva e vinho se se trata de produtos consumidos apenas acidentalmente na região? Mas é justamente por isso, talvez, que o assunto mereça consideração.

Recebemos dos sindicatos rurais da região viticultora do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, Veranópolis, São Marcos, Antônio Prado e outros municípios menos representativos) um livreto em que os próprios agricultores (viticultores) realizaram um detalhado, escrupuloso estudo para chegarem ao que seria o preço mínimo justo para a uva na safra deste ano. É uma experiência e também um demonstrativo que encaixa em cheio na problemática agrícola dos agricultores do Paraná, às voltas com preços da soja, milho, suínos, etc.

Os viticultores gaúchos todos os anos enfrentam uma batalha com as autoridades do governo para a fixação do preço mínimo compensador para a produção de uvas viníferas. Os produtores da uva sempre perdem, em favor das indústrias de transformação do produto em vinho (cooperativas viçadas, empresas particulares — quase todas nas mãos de multinacionais).

Em 1980 os sindicatos rurais daquela região reuniram os viticultores e realizaram um levantamento para saber detalhadamente o custo mínimo para a produção de um quilo de uva e chegaram à conclusão que o preço mínimo para a uva da mais baixa qualidade e de mais fácil produção deveria ser fixado em 22 cruzeiros o quilo.

O estudo foi enviado às autoridades monetárias do Governo Federal, acompanhado de fortes pressões populares e de lideranças da região produtora. Sabem qual foi o resultado do "plante que o João garante"? A fixação do preço mínimo da uva em 10 cruzeiros o quilo! Compararam? O custo é de 22 cruzeiros, e o preço fixado é de 10 cruzeiros. As indústrias de transformação da uva em vinho (não esquecer que são quase todas controladas pelas multinacionais) ganharam junto ao Governo, assegurando para si mesmos lucros fantásticos em cima do trabalho dos agricultores.

Os protestos não foram ouvidos em nenhum gabinete dos governantes. Mas vejam o que aconteceu: Nesta safra de uva (janeiro, fevereiro e março de 81) Caxias do Sul realiza a tradicional, empolgante Festa Nacional da Uva. Durante sua preparação, os viticultores empreenderam uma forte mobilização no sentido de realizar manifestações de protesto durante e em meio aos festejos. O presidente Figueiredo iria à abertura da Festa, como de fato foi. Para recepcionar Figueiredo os viticultores propunham a seguinte manifestação: Na recepção se postariam ante o palanque oficial com uvas nas mãos; exibiriam as uvas ao Presidente e em seguida as jogariam fora, sobre o asfalto ou contra o próprio palanque — tal a revolta de que ficaram possuídos pelo desprezo total ao seu produto por parte do Governo.

A imprensa da região começou a divulgar os sintomas que conduziram fatalmente à demonstração. Os presidentes dos sindicatos rurais, eternos pelegos, traíram a classe que defenderam até a conclusão do estudo já mencionado e a fixação pelo Governo do preço mínimo extorsivo. Abandonaram os viticultores no meio do caminho, pois quando sentiram a movimentação popular para as manifestações, correram para a televisão, para as rádios e jornais hipotecando irrestrito apoio à Festa Nacional da Uva e afirmando que não permitiriam boicotes à Festa ou manifestações que poderiam



"empanar o brilho dos festejos". Juraram que os sindicatos iriam ajudar a oferecer uma retumbante recepção ao chefe supremo da nação. E fizeram. Os viticultores ficaram mordendo as unhas e tiveram que continuar vendendo seu produto a preço vil. Enquanto isso, a Festa Nacional da Uva foi a já folclórica orgia de sempre.

Mas vejam que não é só o preço aviltante a espoleta da explosão popular sufocada no nascedouro. Os viticultores queriam cobrar também a demagogia presidencial que iludiu os agricultores de todo o país nos últimos anos: "Plante que João garante", "Plante sem medo", "O Governo financia tudo o que for plantado; compra tudo o que for colhido; paga tudo o que for perdido". As promessas dos slogans não passaram da retórica palaciana. Na safra de 80 os viticultores tiveram uma perda média de 60%, de acordo com o estudo feito pelos sindicatos e apresentado ao Governo para que "pagasse tudo o que foi perdido". As perdas decorreram de geadas, granizo, fungos e doenças várias — impossíveis de serem evitadas, em especial por força da qualidade cada vez menos eficiente dos fungicidas e outros insumos do gênero, sempre monopolizados pelas multinacionais.

Deixando de lado os ímpetus populares sufocados, consideremos quem está lucrando com a viticultura e vitivinicultura gaúcha — como de resto com toda a agricultura brasileira. Acompanhem:

Podemos começar com uma pergunta: Por que as multinacionais não vão à região vinícola gaúcha, compram uma área de terra e passam a produzir uva ao invés de se dedicarem à indústria de transformação da uva em vinhos e sucos? Justamente porque é muito mais fácil, menos incômodo e mais econômico industrializar a uva do que produzi-la. As multas descobriram que explorar o produtor de uva é um negócio extremamente rentoso e sumamente fácil, eis que o próprio Governo protege e dá cobertura oficial a essa exploração.

A produção de vinhos e sucos de uva é uma indústria de transformação simplíssima. A prova disso é que o produtor de uva mais empírico, anal-

fabeto, faz ele próprio seu vinho em casa e o consome o ano todo. Mais que isso: O vinho crioulo, digamos assim, é o mais saboroso e o mais disputado pelos consumidores, que cada vez têm menos acesso a ele. A industrialização da carne, processo também simplíssimo, ainda é mais complexo que a industrialização da uva.

É preciso lembrar que um quilo de uva rende quase um quilo de vinho, não ignorando que o pouco que sobra, o bagaço, serve para a elaboração de subprodutos, como a graspa, álcool, geléias, etc. E todos sabem quanto custam os produtos derivados da uva no mercado. A prova é o consumo ridículo desses produtos no Brasil.

Então, quem lucra com os derivados da uva são as indústrias, não os produtores. Os produtores, já foi dito, têm prejuízos.

Observem detalhadamente a tabela abaixo e depois entendam como o viticultor é explorado e por que os derivados da uva, especialmente o vinho, são produtos proibitivos para o brasileiro. Vejam o lucro das maiores indústrias da uva — todas em poder das multinacionais.

EMPRESAS	CAPITAL EM 1978	CAPITAL EM 1979	LUCRO OBTIDO DURANTE 1979
Dreher	217.100.000,00	305.700.000,00	57.600.000,00
Suvalan	67.500.000,00	144.900.000,00	41.400.000,00
Martini & Rosso	168.600.000,00	249.872.000,00	15.990.000,00
Peterlongo	75.400.000,00	111.300.000,00	25.400.000,00
Salkon	24.600.000,00	48.200.000,00	26.600.000,00
George Aubert	36.200.000,00	55.200.000,00	14.800.000,00
Vinic. Riograndense	147.300.000,00	216.000.000,00	59.000.000,00
Cereser	58.800.000,00	144.631.133,00	22.583.000,00

FONTE: Balanço das Empresas

PS — Nem assim os viticultores receberam apoio de seus líderes sindicais para jogarem uva e ovo podre no palanque oficial montado para a presença do Presidente da República na Festa Nacional da Uva de Caxias do Sul. Que lástima!

CARTAS

É coisa de louco

Senhores:

"Dos livros que li, nenhum me impressionou tanto como o "Postulado para a Incerteza" — e olha que tenho quase meio século de existência.

"Esse estudante expôs de um modo profundo e petulante a realidade em que vivemos. Afirmar ser Deus uma sublime ilusão é realmente uma coisa de louco. E essa loucura despertou-me a vontade de leitura; penetrar com afiço nas obras que esses loucos construíram.

"A realidade em que o mundo se encontra é esta mesma. É a realidade entre o Marxismo e o Cristianismo. A realidade expressa com extrema vivacidade na guerra civil salvadoreña.

"Eu mesmo continuo perguntando: Sou cristão ou marxista? O que sou eu? Esses loucos possuem o poder de transcender esta mesquinha existência e indagar sobre coisas que preferimos esquecer.

"Aristóteles mesmo disse: "Não se vê jamais um gênio que não tenha seu grau de loucura". É uma esperança que surge. É um louco que precisa ser pre-

servado.

Joaquim R. C. da Silva
Foz do Iguaçu — PR"

— Moço, você sabe o que significa "petulante"? Como pode o trabalho ser "profundo e petulante"? Onde você aprendeu que a dualidade do mundo está no Cristianismo e Comunismo? Estude mais. E deixe de preocupar-se em ser isso ou aquilo. Seja você mesmo.

Leitura mui agradável

Senhor Diretor:

"Acuso o recebimento do jornal **Nosso Tempo**, cuja leitura me foi mui agradável e instrutiva.

"Quero enviar meus cumprimentos pela capacidade empreendedora dos dirigentes e colaboradores desse conceituado órgão de imprensa.

"Desejo continuar recebendo todas as edições. Obrigado.
Lourival Teixeira Costa
Curitiba - PR"

— Nosso Tempo continuará sendo sua "leitura mui agradável e instrutiva". OK?

Nessa de elogiar

Prezados Editores:

"Há tempos que estou planejando escrever a vocês. Agora criei um pouco de vergonha e quero fazer um agradecimento duplo, pois além de sua gentileza, recebo um bom jornal, ou melhor, um excelente jornal.

"E nessa de elogiar o jornal, vamos primeiro a umas badaladas e um puxãozinho de orelha no diagramador. Achei uma boa disposição de matérias, boa e limpa diagramação, enfim um jornal agradável de ler do ponto de vista gráfico. Tenho apenas um porém: As vezes sinto que o uso das charges não está tão bem destacado como devia. Me assusta também o uso um pouco abusivo dos traços, separando matérias, colunas, anúncios, de uma maneira um pouco indiscriminada.

"Quanto às fotos (outro ôba-ôba) são muito boas, tanto no aspecto técnico quanto ao nível de imagem, de informação. Boas mesmo, e sugiro que os editores dêem o crédito para o fotógrafo num cantinho das fotos.

"E, finalmente, quanto ao conteúdo do jornal pouco falarei, pois tudo serão elogios, e isso, tenho certeza, vocês devem estar ouvindo todo dia, toda hora. Só peço uma coisa: Que o **Nosso Tempo** continue sendo o **Nosso Tempo** (mostrando de modo franco, limpo e justo) como estão estes nossos tempos.

"Se puderem, continuem

mandando o jornal, que já está sendo um vício para mim lê-lo toda semana.

"Da amiga e leitora assídua,
Beth
Curitiba — PR"

— Obrigado pelas sugestões. Mande mais. E procure não se livrar do "vício". Vicie outros, de preferência.

Fonte de informação

Prezados Colegas:

"Pela presente, cumpre-me o grato prazer de informá-los que tenho recebido com regularidade o semanário **Nosso Tempo**.

"Outrossim, tem sido ótima fonte de informação. Aproveito o ensejo para parabenizá-los pela iniciativa e apresentar os meus protestos de alta estima e amizade. Atenciosamente —

Vanderlei Alberto Basso
(comendador, chanceler, cavaleiro).
São Paulo — SP"

— O mesmo prazer que V. S. tem em receber o "semanário" temos nós ao receber sua carta, ilustre comendador, cavaleiro e chanceler!

De valor inestimável

Prezados Senhores:

"Espero continuar recebendo seu combativo jornal, que terá valor inestimável para o nosso trabalho. Distantes no espaço, unidos na luta.

Modesto da Silveira — RJ"

— O doutor Modesto da Silveira é deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro, advogado de renome nacional especialmente pelo seu trabalho em defesa de presos políticos. Pertence ao Comitê Brasileiro de Anistia, e, para nosso jornal, o telegrama que Modesto enviou foi motivo de regozijo e incentivo.

Ateus subversivos

Aos Redatores:

"Fiquei indignado com uma certa publicação de uma obra escrita por um leitor deste jornal. As blasfêmias não deveriam ser publicadas por este conceituado órgão de comunicação. O que exatamente estão pretendendo? É extremamente perigoso promover ateus subversivos.

Deus não existe. O homem está morto. O desespero é a realidade da juventude. Frases em forma de acoites e ironias contra a Sagrada Igreja. Talvez este tal de Meber esteja certo ao dizer que nós estamos vivendo em um permanente sono, mas acordar

para quê? Para sairmos pregando aos quatro cantos da Terra que a realidade é insuportável e o homem é um asno incapaz de conhecer a si mesmo?

O homem está realmente morto? Não, não está. Deus vive e enquanto o homem sentir e amar a Deus ele não estará morto. Deus não é uma ilusão, mas aqueles que pregam a sua morte é que são os verdadeiros visionários.

Pedro J. dos Santos
Foz do Iguaçu — Pr

— Você parece estar confundido. Pedro. É careta.

Festival de bumbum

Hei, Moçada:

Escrevo para dizer que vocês abafaram com a edição de Carnaval. Que surpresa chegar nos clubes da cidade (todos!) na última noite de folia e encontrar sobre cada mesa uma espetacular reportagem fotográfica sobre a festa! Só vocês mesmo para terem imaginação assim e bolar um lance tão

bonito.

"Tudo foi lindo e bacana, mas os bumbuns da última página estavam simplesmente sensacionais. E colorido ainda. Quem bateu aquelas fotos?

"Olha, com essa vocês ganharam muitos pontos, hem!

"Parabéns, turma.
Nicanor de Mendonça
Foz do Iguaçu — PR"

— Se o pessoal gostou do jornal, nós gostamos mais ainda do Carnaval em toda cidade. João! De quem são as fotos? Todos bateram. Mas o mais sacana foi o Juvêncio, que passou as quatro noites se amoitando pelos clubes à caça dos mais esuziantes bumbuns do Carnaval de Foz do Iguaçu. O resultado foi ótimo, não?

As cartas devem ser endereçadas para os Editores do "Nosso Tempo" — Rua Cândido Ferreira, 811 — (85890) — Foz do Iguaçu — PR. Fone: 74-2344.

Cartas contendo acusações ou denúncias contra quem quer que seja somente serão publicadas se vierem com o nome e endereço completos e o número de algum documento.



Pixote no Cine Iguaçu

"Pixote" é o filme que o Cine Iguaçu programou a partir de amanhã. O filme, um dos melhores do cenário nacional nos últimos tempos, tem a direção de Hector Babenco, argentino, radicado no Brasil, e que já dirigiu aqui dois outros filmes de sucesso consagrado: "O rei da Noite" e "Lucio Flávio. O Passageiro da Agonia". Pixote retrata a infância brasileira, e o mundo marginalizado em que vive uma parcela da população bra-

sileira, e tem roteiro baseado no livro "Infância dos Mortos", escrito pelo repórter-policia José Louzeiro, atualmente militado na imprensa de São Paulo. O filme tem em seu elenco os seguintes atores: Marília Pêra, José Filho, Rubens de Falco, Beatriz Segal, Elke Maravilha, Tony Tornado e Fernando da Silva, que interpreta Pixote. Filme musicado por John Neschling e fotografado por Rodolfo Sanches. "Pixote, a Lei dos Mais Fracos" entra em cartaz amanhã e fica até o momento em que os expectadores prestigiarem. Um bom filme para se discutir a realidade que convive dia-a-dia com os brasileiros e recomendado por toda crítica especializada brasileira.

AM-820 KHZ
FM-97,7 MHZ

rádio cultura
de foz do iguaçu

UMA PONTE DE AMIZADE ENTRE O ANUNCIANTE E O CONSUMIDOR

galeria

Publicamos aqui algumas colaborações enviadas por nossos leitores.

